Alexius Meinong

SOBRE A TEORIA DO OBJETO

(Tradução de Celso R. Braida. Original: A. Meinong, *Über Gegenstandstheorie; Selbstdarstellung;* Mit. Einl., Bibliogr. u. Reg. hrsg. von Josef M. Werle; Hamburg, Meiner, 1988. pp1-51)

§1. A questão

Que não se pode conhecer sem conhecer algo; mais genericamente, que não se pode julgar e também não representar sem julgar sobre algo ou representar algo, isto pertence ao mais evidente sob uma consideração elementar dessas experiências. Que no domínio da suposição não é diferente, eu pude mostrar sem recorrer a um exame especial[1], embora a pesquisa psicológica sobre isso mal tenha começado. O problema é mais complexo no caso dos sentimentos, onde a linguagem, sem dúvida, mais nos induz ao erro, com a indicação do que se sente, o gozo, a dor, assim como a piedade, a inveja, etc., e, no caso dos desejos, na medida em que, a despeito do testemunho da ocorrência muito clara na linguagem, sempre tem-se que enfrentar a eventualidade de desejos que não desejam nada. Mas, mesmo aqueles que não compartilham a minha opinião – qual seja, que tantos os sentimentos quanto os desejos não são fatos psíquicos independentes, porque eles são representações a título da inelutável "pressuposição psicológica"[2] – concederão sem reservas que se goza de alguma coisa, que se interessa por alguma coisa e, ao menos na extrema maioria dos casos, que se não quer ou deseja sem querer ou desejar qualquer coisa, em suma, ninguém ignora que o processo psíquico tão frequentemente esteja de par com esta propriedade de "ser orientada para algo" que se está bem perto de ver nisso um aspecto característico que distingue o que pertence ao psíquico do que não é da ordem psíquica.

Todavia, não é a tarefa das considerações seguintes explanar porque eu tenho esta suposição como a melhor fundada a despeito das muitas dificuldades que a ela se opõem. Os casos em que a referência, o estar expressamente orientado para "algo" ou, como se diz muito grosseiramente, a um objeto, são tantos que se impõe, mesmo que seja para dar conta desses casos, que a questão acerca de a quem cabe tratar de maneira científica estes objetos não deve permanecer sem resposta.

A repartição do que é que é digno de trabalho teórico e o necessário em diferentes domínios científicos, bem como a delimitação precisa desses domínios, deve-se reconhecer, não tiveram senão pouca incidência prática sobre o avanço da pesquisa; o que importa, afinal, é o trabalho acabado e não a bandeira sob a qual ele foi realizado. Mas, a confusão sobre as fronteiras dos diversos domínios científicos pode ser justificada de duas maneiras opostas: ou os domínios nos quais efetivamente nós trabalhamos se interpenetram, ou, então, eles não se interpenetram e resta um domínio

[1] *Über Annahmen*, Leipzig, 1902, p.256f.

[2] Cf. meu *Psychologisch-ethischen Untersuchungen zur Werttheorie*, Graz 1894, p.34s., também Höfler, *Psychologie*, p.389.

não-trabalhado entre eles. A importância destas confusões é no domínio teórico exatamente inversa a que tem no domínio prático. Neste a "zona neutra" é a garantia, com efeito, sempre bem-vinda, raramente obtida de relações de boa-vizinhança, enquanto que a interpenetração das fronteiras reivindicadas representa o caso típico de conflito de interesses. Ao contrário, no domínio do trabalho teórico, onde aparece a menor legitimidade de tais conflitos, a sobreposição de dois setores fronteiriços, que, por consequência, poderão ser eventualmente tratados de diversos pontos de vistas, representa, objetivamente, muito mais um benefício, enquanto a sua separação é sempre um inconveniente cuja importância será naturalmente função da extensão e da relevância do setor intermediário assim criado.

Interrogar-se sobre um semelhante domínio do saber, negligenciado a ponto de ele não ter reconhecido ao menos a medida de sua especificidade, eis o que visa o problema aqui posto de saber qual é de fato o lugar, de qualquer maneira legítimo, do tratamento rigoroso do objeto enquanto tal e em sua generalidade; trata-se da questão seguinte: existe entre as disciplinas reconhecidas por sua proveniência científica uma ciência onde se pode encontrar um tratamento rigoroso do objeto enquanto tal ou, ao menos, onde tem valor esta exigência?

§2. O pré-juízo a favor do efetivo

Não foi por acaso que as reflexões acima tomaram o conhecimento como ponto de partida para chegar ao objeto. Com certeza não é *apenas* o conhecimento que "tem" seu objeto; mas, ele o tem sempre de uma maneira singular que leva, quando se trata da questão do objeto, a pensar em primeiro lugar no objeto do conhecimento. Pois, o processo psíquico que se denomina conhecer não constitui, estritamente considerado, inteiramente o fato do conhecimento: o conhecimento é, por assim dizer, um fato bifronte, em que o conhecido não está diante do conhecimento como qualquer coisa de relativamente autônoma que este apenas se contentaria de visar, por exemplo, no modo de um falso juízo; ao contrário, ele é de qualquer maneira apreendido, apanhado, pelo ato psíquico, ou melhor, como se tenta em geral o descrever de maneira inevitavelmente figurada, ele é o indescritível. Se se considera exclusivamente este objeto de conhecimento, a questão que colocamos acerca de uma ciência do objeto se apresenta de saída sob uma luz pouco favorável. Uma ciência do objeto do conhecimento: significa isto que a exigência de fazer daquilo que já foi reconhecido como objeto do conhecimento o objeto de uma ciência, isto é, uma segunda vez, em fazê-lo um objeto do conhecimento? Dito de outro modo, não se procura assim uma ciência que seja ou constituída pelo conjunto das outras ciências ou que deva realizar uma segunda vez o que todas as ciências reconhecidas realizam sem ela?

Guardemo-nos, a propósito de tais considerações, de tomar como verdadeiramente incongruente a idéia de uma ciência universal diferente das ciências particulares. O que os melhores de todas as épocas tiveram em vistas como sendo o fim último e, sobretudo, o fim digno de seu desejo de saber, a apreensão da totalidade do mundo em sua essência e fundamento últimos, apenas pode ser a tarefa de uma ciência englobante *ao lado* das ciências particulares. Efetivamente, sob o nome da Metafísica não se pensou outra coisa senão uma tal ciência: e as esperanças frustradas, no passado como no futuro, ligadas a esta ciência, ainda são tantas, que a culpa se deve unicamente à nossa incapacidade intelectual e não à idéia desta ciência. Pode-se, porém, por causa disso, exigir-se da Metafísica que ela seja esta ciência cuja tarefa natural seria a elaboração do objeto enquanto tal, isto é, dos objetos em sua totalidade?

Quando se recorda a que ponto a Metafísica sempre teve a intenção de integrar ao domínio de suas colocações o mais próximo como o mais distante, o maior como o menor, pode parecer estranho que ela não possa assumir a tarefa que estamos evocando pela razão que, malgrado a universalidade de suas intenções, a Metafísica não teve sempre, e de longe, a visada suficientemente universal para ser uma ciência do objeto. A Metafísica lida, sem dúvida, com a totalidade do que existe. Mas, a totalidade do que existe, incluindo aí o que existiu e o que existirá, é infinitamente pequena em relação a totalidade dos objetos de conhecimento; e que se tenha negligenciado isto tão facilmente tem, bem entendido, o seu fundamento no fato que o interesse vivo pelo efetivo, que está em nossa natureza, favorece este excesso que consiste em tratar o não-efetivo como um simples nada, mais precisamente, a tratá-lo como algo que não oferece ao conhecimento nenhum ponto de apreensão ou nenhum que seja digno de interesse.

Quão pouco esta opinião é correta mostram facilmente os objetos ideais[3] que, certamente, são dotados de uma subsistência (*bestehen*), mas em nenhum caso de existência (*existierien*) e, por conseguinte, não podem de maneira alguma ser efetivos. A identidade ou a diferença, por exemplo, são objetos desse tipo: talvez, elas subsistam entre estas ou aquelas realidades efetivas (*Wirklichkeiten*), em tais ou quais circunstâncias, mas elas mesmas não são um elemento desta efetividade (*Wirklichkeit*). Naturalmente está fora de questão que a representação, a suposição e o juízo tenham relações com estes objetos, e tenham seguidamente boas razões de se ocupar deles de maneira muito precisa. Também os números não são dotados de uma existência ao lado daquela do que é denumerado, no caso em que este exista; o que se compreende muito claramente, pois se pode denumerar o que não existe. Do mesmo modo, uma relação não existe ao lado do que está em relação, no caso em que este exista: que esta existência não seja, por sua parte, absolutamente indispensável, é o que demonstra, por exemplo, a relação entre a igualdade dos ângulos e igualdade dos lados de um triângulo. Além disso, a relação de inclusão une tudo, mesmo que se trate de algo que existe, como o estado do ar e a indicação do termômetro, ou do barômetro, não tanto as realidades efetivas elas mesmas quanto o seu ser ou também o seu não-ser. No conhecimento de uma tal relação já se está lidando com este gênero particular de objetos, que eu espero ter mostrado[4], que se situam face aos juízos e às suposições de uma maneira análoga àquela do próprio objeto em relação às representações. Eu propus para designar aqueles o termo "objetivo" (*Objektiv*), e mostrei que este "objetivo" ele mesmo pode assumir, por sua vez, as funções próprias de uma objetidade (*Objektes*) e tornar-se, em particular, o objeto (*Gegenstand*) de uma nova apreciação que o leva em conta como uma objetidade (*Objekte*), tal como aquele das outras operações intelectuais. Se eu digo: "é verdadeiro que há Antípodas", não é às Antípodas que se atribui a verdade, mas ao objetivo (*Objektiv*): "que há Antípodas". A existência de Antípodas, porém, é um fato que cada um constata, também, ser ele dotado de uma subsistência, mas ele não pode, por sua vez, existir uma outra vez. Porém, isto vale igualmente para todos os objetivos, de tal modo que todo conhecimento que tenha por objeto (*Gegenstande*) um objetivo (*Objektiv*), representa igualmente um caso de conhecimento de um não-existente.

O que foi mostrado aqui, por meio de alguns exemplos limitados, é testemunhado por uma ciência inteira, muito desenvolvida, mais, desenvolvida ao extremo: as matemáticas. Ninguém teria a intenção de qualificar as matemáticas como estranhas à realidade, no sentido de que elas não teriam nada a ver com o que existe: é inegável, com efeito, que elas têm assegurada, na vida prática tanto quanto na análise teórica do real, uma vasta esfera de aplicação. Todavia, o conhecimento matemático estrito não trata em nenhum caso de qualquer coisa da qual seria essencial que ela fosse

[3] Sobre o sentido que eu penso deva ser dado à expressão "ideal", cujo uso lingüístico é infelizmente equívoco, cf. minhas indicações em *"Über Gegenstände höherer Ordnung etc."*, Zeitschrift für Psychologie Bd. XXI, p.198.

[4] *Über Annahmen*, Kap. VII.

efetivamente real. Jamais o ser de que se ocupam as matemáticas enquanto tais é existente; em relação a estas, jamais elas ultrapassam os limites do que é dotado de uma subsistência: uma linha reta não tem mais existência que um ângulo reto, um polígono regular ou um círculo. Que, na linguagem que elas empregam, as matemáticas podem falar expressamente de existência[5], não se deve ver nisso senão como uma particularidade do seu emprego da linguagem, e nenhum matemático hesitaria em conceder que o que ele visa quando emprega o termo "existência", a propósito dos objetos que ele submente às análises teóricas, não é, ao final, nada senão o que de hábito se denomina "possibilidade", operando, sem dúvida, um giro positivo, ao mesmo tempo que notável, no conceito que de ordinário tem simplesmente uma conotação negativa.

Junto com o pré-juízo a favor do conhecimento da realidade efetiva, indicado acima, esta independência de princípio das matemáticas em relação à existência permite compreender um fato que, sem levar em conta estes aspectos, não deixaria de parecer estranho. As tentativas que têm por finalidade um sistema articulando a totalidade das ciências se encontram logo de saída, quando se trata das matemáticas, em um embaraço do qual elas não podem sair, com chances de êxito ao menos relativas, senão com expedientes mais ou menos artificiais. O que contradiz de maneira gritante o reconhecimento, e se deveria dizer a popularidade, que as matemáticas adquiriram devido aos seus resultados até entre os círculos leigos. Ora, a ordenação de todos os saberes em ciências da natureza e ciências do espírito não dá conta, sob a aparência de uma disjunção radical, senão do saber que se ocupa da realidade efetiva: é fácil de se observar, quando não de se surpreender, que assim não se reconhece nenhum direito às matemáticas.

§3. Ser-tal e não-ser

Não há, então, nenhuma dúvida: o que deve ser objeto de conhecimento não tem nenhuma necessidade de existir. As reflexões precedentes podem, entretanto, dar lugar à suposição de que a subsistência (*Bestand*) não apenas *poderia* substituir a existência (*Existenz*), mas que *deveria* necessariamente o fazer sempre onde nenhuma existência se dá. Mas, mesmo esta restrição é inadmissível. Isto mostra-se pela observação das duas funções específicas do juízo (*Urteilens*) e da suposição (*Annehmens*) que eu procurei estabelecer contrapondo a "função tética e a sintética" do pensamento[6]. No primeiro caso, o pensamento apreende um ser (*Sein*), no segundo, um "ser-tal" (*Sosein*); naturalmente, se poderia denominar aquele como objetivo-de-ser e este como objetivo-de-ser-tal. Ora, isto responde, bem entendido, ao pré-juízo evocado mais acima em favor da existência efetiva, ao afirmar que se não está autorizado a falar de um ser-tal senão pressupondo sempre um ser. De fato, não teria muito sentido qualificar uma casa de grande ou pequena, uma região de fértil ou estéril, antes de saber se a casa ou a região existe, existirá ou existiu. Mas, a ciência a qual nós podemos a toda hora emprestar os mais numerosos argumentos contra este pré-juízo permite igualmente reconhecer, de maneira particularmente clara, a impossibilidade de sustentar um tal princípio: as figuras de que trata a geometria não têm existência, como nós sabemos; e, no entanto, suas propriedades, logo, seu ser-tal, podem ser indubitavelmente constatadas. No domínio do que é conhecível *a posteriori*, sem dúvida não se poderia justificar uma afirmação quanto ao ser-tal se ela não se funda sobre o saber que se tem de um ser: e é também certo que um ser-tal, que não tem nenhum ser por trás de si, seria muito seguidamente desprovido de interesse imediato. Tudo isto não muda em nada o fato de que o ser-tal de um objeto não sofre nenhum interdito pelo não-ser (*Nichtsein*) deste objeto. Este fato é

[5] Cf. K. Zindler, *Beiträge zur Theorie der mathematischen Erkenntnis*, Sitzungsberiche der kais. Akademie der Wissenschaften in Wien, philos. hist. Kl. Bd. CXVIII, 1889, p. 33, tbém 53s.

[6] *Über Annahmen*, p.142s.

suficientemente importante para que nós formulemos como sendo expressamente o princípio da independência do ser-tal em relação ao ser[7]; e o domínio de validade deste princípio se manifesta, pelo menos em vista a isso, que decorrem deste princípio não apenas os objetos que não tem existência de fato, mas também aqueles que não podem existir porque são impossíveis. Não apenas a célebre montanha dourada é de ouro como o círculo quadrado certamente é tanto quadrado quanto é redondo. Evidentemente, no que concerne a tais objetos apenas excepcionalmente se registram conhecimentos de efetiva importância: não obstante isso, alguma luz pode ser jogada daí sobre os domínios cujo conhecimento é em grande medida digno.

Mais instrutivo é, todavia, do que evocar tais coisas que de algum maneira permanecem um pouco estranhas ao pensamento natural, observar o fato trivial – que permanece ainda nos limites do "objetivo-de-ser", que um não-existente (*Nichtseiendes*) qualquer deve ser (*Sein*) em alguma medida para fornecer um objeto (*Gegenstand*), ao menos, para os juízos (*Urteile*) que apreendem o seu não-ser (*Nichtsein*). Agora, é completamente inessencial se este não-ser é necessário ou simplesmente fatual, e também se, no primeiro caso, a necessidade tenha por origem a essência (*Wesen*) do objeto ou algum momento que é exterior ao objeto em questão. Para reconhecer que não há círculo quadrado, eu sou obrigado a fazer um juízo sobre o círculo quadrado. Quando, de maneira unânime, a Física, a Fisiologia e a Psicologia afirmam a assim denominada idealidade das qualidades sensíveis, é dito também, implicitamente, algo a propósito da cor e do som, a saber, que em sentido estrito nem estes nem aquelas existem. Quem gosta de paradoxos pode muito bem dizer: há (*es gibt*) objetos a propósito dos quais se pode afirmar (*von denen gilt*) que não há tais objetos; e o fato muito banal para todo mundo, que é assim expresso, joga uma luz tão clara sobre a relação entre os objetos e a realidade efetiva, i.é, e o ser em geral, que absolutamente convém, no presente contexto, analisar mais de perto este problema cuja importância é em si mesma um fato decisivo.

§4. O extra-ser do objeto puro

Para neutralizar o paradoxo que parece aqui bem real, se oferece, quase naturalmente, o recurso a certos fenômenos psíquicos, e eu já procurei expor o essencial no concernente ao caso presente[8]. Em conformidade com o que eu já mostrei, se se tem presente no espírito, por exemplo, a subjetividade das qualidades sensíveis, deve-se falar do objeto da representação do azul, para citar um exemplo, apenas no sentido de uma faculdade desta representação, cuja realidade efetiva, por assim dizer, propicia a ocasião da manifestação. Do ponto de vista da representação, parece-me ainda agora que se toca assim em algo essencial: mas, eu não posso hoje esconder que o objeto, para não existir, tem possivelmente ainda menos necessidade de ser representado do que para existir, nem também que mesmo para a possibilidade de ser representado – pelo que o objeto se presta –, não poderá resultar não mais que uma existência que seria "existência na representação", isto é, mais exatamente, uma "pseudo-existência"[9]. Dito de modo mais preciso, se eu afirmo que "o azul não existe", eu não penso, então, em uma representação nem em suas eventuais faculdades, mas sempre no azul. Tudo se passa como se o azul devesse antes ser, afim de que se possa levantar a questão de seu ser ou de seu não-ser. Mas, para não cair de novo em paradoxos ou incongruências efetivas, talvez se possa dizer: o azul e todo outro objeto é de algum modo dado antes de nossa decisão quanto ao seu ser ou não-ser, de uma maneira que também não pré-julga o seu não-ser. Do lado psicológico, se poderia igualmente descrever assim a situação: se eu

[7] Definido pela primeira vez por E. Mally em seu estudo, coroado pelo prêmio Wartinger de 1903, que foi publicado inteiramente reelaborado no n. III dessas Investigações. Cf. Kap. I, §3.

[8] *Über Annahmen*, p98ss.

[9] Cf. "Über Gegenstände höherer Ordnung etc.", Op. cit. p186s.

devo, a propósito de um objeto, poder julgar que ele não é, parece que eu devo apreender antes uma vez o objeto para poder predicar o não-ser, mais exatamente, para lhe o imputar ou denegar.

Pode-se esperar fazer justiça a este estado de coisas inteiramente singular, como se pode perceber, apesar de sua banalidade, com mais rigor teórico, graças à consideração que se segue. Que um certo A não é, brevemente, que o não-ser de A é, como eu mostrei em outro lugar[10], ou que um "objetivo" é, como o ser de A: eu estou justificado assim em afirmar tanto que A não é, assim como ao "objetivo" "não-ser de A" advém um ser (mais precisamente, como se disse mais acima, uma subsistência). O "objetivo", pouco importa que se trate de um "objetivo-de-ser" ou de um "objetivo-de-não-ser", está em face de sua objetidade (*Objekte*), *cum grano salis*, na mesma relação que o todo face à parte. Mas, certamente se o todo é, a parte deverá também ser, o que, transposto para o caso do "objetivo", parece significar: se o "objetivo" é, o seu objeto deve também necessariamente ser em um sentido qualquer, mesmo no caso em que este "objetivo" é um "objetivo-de-não-ser". Mas, na medida em que, por outro lado, o "objetivo" interdiz precisamente de se considerar o nosso A como sendo, e considerando-se que, como nós vimos, o ser seja tomado conforme o caso não somente no sentido de existência mas também no sentido da subsistência, a exigência, deduzida mais acima do ser de um "objetivo-de-não-ser", de um ser do objeto parece ter sentido apenas se tratar de um ser que não seria nem existência nem subsistência, sob a condição de que se integre aos dois níveis de ser, se se pode exprimir assim, existência e subsistência, um tipo de terceiro nível. Este ser deveria advir a todo objeto enquanto tal: a ele não pode corresponder um não-ser do mesmo tipo, pois um não-ser nesse novo sentido teria imediatamente por consequência necessária as mesmas dificuldades que aquelas que implica o não-ser no sentido habitual, e que a nova concepção teria em primeira linha afastado. É por esta razão que me pareceu por um tempo que o termo "quase-ser" (*Quasisein*) seria uma expressão bastante útil para designar este ser cujo estatuto permanece de todo modo um pouco insólito.

Mas, no que concerne esta denominação, ela tem contra si certamente o perigo, utilizada ao mesmo tempo que outras designações depois de longo tempo atestadas, de produzir confusões, tal como "pseudo-existência" e "quase-transcendência"[11]. As objeções práticas são mais importantes. Poder-se-ia ainda nomear ser um ser que, por princípio, nenhum não-ser se lhe oporia? Além disso, se trataria de um ser que não seria nem existência nem subsistência – em nenhuma parte encontraremos motivo, que se pudesse aqui julgar, para um tal postulado: não seria o caso de não se hesitar em evitá-lo, também em nosso caso, tanto quanto possível? O que parece aí ser posto é um fenômeno, em verdade, muito bem observado: é necessário que A, nós o vimos, me seja de algum modo "dado" para que eu apreenda o seu não-ser. Isto implica, porém, como eu mostrei em outro lugar[12], uma suposição de qualidade afirmativa: para negar A, eu devo previamente supor o ser de A. Bem entendido, desse modo eu faço referência a um ser, de alguma maneira, previamente dado de A: ora, é da natureza mesma da suposição que ela se direcione a um ser que ele mesmo não precisa ser.

Desse modo se esboçaria, no final das contas, a perspectiva, sem dúvida muito apaziguadora, de fundar a posse desse surpreendente ser do não-existente por mais absurdo que ele pareça, se o "objetivo" existente não exigir em todos os casos um objeto existente. Esta exigência não repousa senão sobre uma analogia com o comportamento da parte em relação ao todo: o "objetivo" seria tratado como um tipo de complexo, o seu objeto como um tipo de elemento constitutivo. Isto pode parecer conforme, sob muitos aspectos, à nossa concepção, por hora com muitas lacunas, da essência do "objetivo":

[10] *Über Annahmen*, Kap. VII.
[11] *Über Annahmen*, p95.
[12] Ibidem, p105ss.

mas, ninguém negaria que a analogia seria apenas um primeiro expediente, e que não se tem nenhum direito de a tomar a sério, nem que fosse em uma certa medida. Em vez de deduzir, com base em uma analogia problemática, do ser do "objetivo" um ser de seu objeto, mesmo no caso em que este "objetivo" é um "objetivo-de-não-ser", seria melhor tirar a lição dos fatos que nos ocupam que esta analogia não é precisamente válida para o "objetivo-de-não-ser", isto é, que o ser do "objetivo" de maneira geral não depende do ser de seu objeto.

Esta é uma posição que por si mesma diz: se toda oposição entre ser e não-ser é apenas um problema do "objetivo" e não da objetidade (*Objektes*), no fundo, é evidente que nem o ser nem o não-ser podem se situar no objeto (*Gegenstande*) como tal. Isto naturalmente não significa que um objeto qualquer poderia nem ser nem não-ser. Isto não significa também afirmar que é da natureza de um tal objeto (*Gegenstandes*) poder ser puramente contingente se ele é ou não é: um objeto absurdo como o círculo quadrado implica a certeza de seu não-ser em qualquer sentido que isto tenha, um objeto ideal, como a diferença, a de sua não-existência em si. Seguramente, quem quer que desejasse fazer eco a um modelo tornado célebre afirmaria o resultado ao qual nós chegamos acima por meio desta fórmula: o objeto enquanto tal, sem levar em conta as particularidades eventuais ou de seu sempre dado "objetivo"-aposto, talvez, se pudesse dizer: o objeto puro se situa "para além do ser e do não-ser" (*jenseits von Sein und Nichtsein*). De maneira menos surpreendente e menos exigente também, mas, a meu ver, mais apropriada, se poderia dizer a mesma coisa expressando-se mais ou menos assim: o objeto puro é por natureza fora do ser (*ausserseiend*), embora de seus dois "objetivos-de-ser", seu ser e seu não-ser, sempre um deles subsiste.

Portanto, o que se pode denominar de maneira pertinente o princípio do extra-ser (*aussersein*) do objeto puro dissipa definitivamente a aparência de paradoxo que forneceu o primeiro motivo ao estabelecimento deste princípio. Que ele não deixa, por assim dizer, para um objeto (*Gegenstande*), apreender o seu não-ser como seu ser, eis o que se compreende imediatamente desde que se entenda que, abstração feita das particularidades, ser e não-ser são igualmente exteriores ao objeto. Uma extensão bem-vinda está também aberta para o princípio evocado mais acima de uma independência do ser-tal (*Sosein*) em relação ao ser (*Sein*): ela nos diz que o que não é de maneira nenhuma exterior ao objeto e constitui, ao contrário, sua verdadeira essência, reside em seu ser-tal, o qual adere ao objeto, quer ele seja quer ele não seja. Finalmente, nós estamos agora, e a bem dizer somente agora, em posição de compreender de maneira suficientemente clara o que nós anteriormente reconhecemos como sendo o pré-juízo em favor da existência ou do ser de todos os objetos possíveis de conhecimento. O ser não é justamente a única pressuposição sob a qual o processo de conhecimento encontraria de alguma maneira um primeiro ângulo de ataque, ele é, ao contrário, ele mesmo um tal ângulo de ataque. Mas, o não-ser é também ele um bom ângulo. Além disso, o conhecimento encontra já no ser-tal de todo objeto um campo de atividade que ele não tem nenhuma necessidade de tornar acessível em respondendo antes a questão do ser ou do não-ser ou dando uma resposta afirmativa.

§5. Teoria do objeto como Psicologia

Agora nós sabemos quão pouco a totalidade do existente (*Existierenden*), ou mesmo dos entes (*Seienden*), constitui a totalidade dos objetos de conhecimento, e também quão pouco uma ciência do efetivo (*Wirklichen*) ou do ente em geral, por mais universal que ela seja, poderia ser considerada como a ciência dos objetos do conhecimento tomados pura e simplesmente. Porém, ao mesmo tempo, nesses últimos parágrafos, não se consideraram ainda senão os objetos do conhecimento, enquanto que

a questão posta no início dessas análises teria podido já ter resposta pelo fato que não é simplesmente o conhecimento, mas cada juízo (*Urteilen*) e cada representação (*Vorstellen*) têm seu objeto, para não falar outra vez da objetividade (*Gegenständlichkeit*) das vivências extra-intelectuais. Esta significação dominante, ou, como já indicamos rapidamente, esta significação caracterizadora da objetividade para a vida psíquica pode sugerir que nós, ao tomar exclusivamente em consideração apenas o conhecimento, nos deixamos levar por um desvio fácil de evitar, embora o mais natural é que esta ciência devesse se ocupar dos objetos como tais e que a ela cabe tratar de sua objetividade, tarefa esta que parece, conforme o que se deve de novo ser mencionado, não pode caber senão à psicologia.

Deve-se logo conceder que o atual exercício da psicologia não é sob qualquer ponto de vista contrário a uma tal concepção. Por exemplo, existe uma psicologia dos sons, tanto quanto uma psicologia das cores que estão longe de considerar como uma tarefa acessória o esforço que procura ordenar a multiplicidade de objetos que pertencem ao domínio sensível em questão e a examinar as suas propriedades[13]. Também é inteiramente natural que a ciência dos fatos psíquicos integre às suas pesquisas as operações específicas do psíquico e em particular aquelas do intelectual. Seria uma psicologia do juízo muito estranha aquela que não tivesse nenhuma noção da capacidade de, sob condições suficientemente favoráveis, apreender algo além de si, de se apoderar de um certo modo da realidade efetiva. E, havendo ainda algo fora da realidade efetiva, que se pode conhecer e que nós podemos conhecer com a ajuda de certas operações intelectuais, então, certamente a psicologia não deve deixar de tomar em consideração, juntamente com esta faculdade este domínio extra-efetivo (*ausserwirklich*), sobre o qual são direcionadas as operações que caracterizam esta faculdade.

Desse modo, os objetos do juízo, da suposição e da representação, bem como os do sentimento e do desejo, encontram sem dúvida um lugar na psicologia; todavia, todos dirão também que esta ciência não toma estes objetos em consideração por sua própria vontade. Para a *práxis,* no interior como no exterior de uma atividade científica, talvez seja seguramente um ponto inteiramente acessório saber o que é intencionalmente resultado principal e o que é resultado secundário obtido quase unicamente por acidente: nos estudos consagrados à Antiguidade, por exemplo, acontece certamente por acaso que os requisitos de interpretação de texto forneçam seguidamente aos filólogos indicações referentes aos "*realia*". Porém, ninguém pensará em fazer passar o estudo da Antiguidade pela filologia clássica, a qual deveria nesse caso estender suas pretensões a disciplinas as mais diversas, mesmo se em realidade o fato de se ocupar das línguas antigas serviu de ponto de partida para investigações científicas tão diferentes quanto possíveis. Do mesmo modo, a pesquisa psicológica poderia assim se tornar frutífera para domínios vizinhos, tanto mais que a estes pertencem ciências que ou bem são menos desenvolvidas que a psicologia, ou bem não obtiveram ainda um reconhecimento formal a título de ciência especial. Que fenômenos desse tipo tenham efetivamente acontecido no que concerne à elaboração teórica dos objetos, nada o demonstra mais claramente que o exemplo já mencionado acima das cores, a propósito do que incontestavelmente foi o estudo aprofundado dos estados de coisas psicológicos que conduziu ao estudo dos estados de coisas próprios aos objetos, do estudo dos corpos coloridos a aquele do espectro de cores[14]. A referência feita à Lingüística mostra, sob uma outra perspectiva, a que ponto não é permitido deixar a Psicologia passar como a autêntica ciência dos objetos. A Lingüística tem também, desde que ela se ocupa da significação das palavras e das frases, obrigatoriamente a ver com objetos[15] e a Gramática efetivamente prepara de

[13] Para maiores detalhes, o meu "Bemerkungen über den Farbenkörper und das Mischungsgesetz", Zeitschrift für Psychologie der Sinnesorgane, Bd. XXXIII, S. 3ff.
[14] Cf. Idem, p. 11ss.
[15] Cf. *Über Annahmen*, S. 271ss.

maneira fundamental a apreensão teórica de objetos. Portanto, na verdade não é possível antever sob qual ponto de vista se deveria, nesses assuntos, conceder à Psicologia um privilégio: ao contrário, se reconhece claramente que nenhuma dessas disciplinas pode ser a buscada ciência dos objetos.

Mas, realmente seria algo estranho se, depois da totalidade das ciências dos entes, incluindo aí a ciência da totalidade do efetivo, ter-se mostrado insuficiente para este fim, uma dentre elas, por assim dizer inopinadamente, revelasse uma aptidão para assambarcar a totalidade dos objetos. Agora, pode-se indicar precisamente de qual setor dessa totalidade a psicologia está em condições de se ocupar. A psicologia apenas pode se interessar por objetos sobre os quais um processo psíquico qualquer esteja efetivamente direcionado; pode-se dizer, talvez, abreviadamente: ela se interessa apenas pelos objetos que são de fato representados, para os quais existe representação, que também ao menos "existem em nossas representações" ou, mais corretamente, têm uma pseudo-existência[16]. Por isso, nós tivemos que caracterizar acima o corpo colorido, como conceito englobando todas as cores que efetivamente podem aparecer na sensação e na imaginação dos homens, como um assunto da Psicologia e, ainda assim sem uma precisão rigorosa, na medida em que esta totalidade, sendo não mais que uma multiplicidade de pontos, não constitui efetivamente um *continuum*, ao menos na medida em que os processos de alteração não podem ajudar[17]. A concepção do espectro das cores, ao contrário, funda-se apenas na natureza dos objetos concernidos, portanto, inteiramente não-psicológica, mas, sem nenhuma dúvida no plano da teoria do objeto, e nesse exemplo percebe-se de maneira imediata, sem apelar para considerações particulares, a diferença fundamental do ponto de vista adotado num caso e noutro.

Apenas *um* pensamento poderia ainda parecer capaz de destruir a impressão de completa disparidade, ao menos de tornar plausível, que, ao contrário da concepção defendida a propósito das cores, não pode haver nenhum objeto da representação que não pertença ao tribunal da Psicologia. Pode-se pensar que, seja qual for a via pela qual se decidiu introduzir o objeto concernido da elaboração teórica, nós deveríamos no final o apreender (*erfasst*), logo, ao menos representá-lo; mas, desse modo ele já é incluído na série daqueles objetos pseudo-existentes que também concernem à Psicologia. Portanto, se eu penso num branco mais claro do que qualquer um que o olho humano tenha visto ou verá, este branco é, todavia, um branco representado, e nunca uma teoria, de qualquer maneira que ela seja constituída, poderá se referir a um não-representado.

Este pensamento relembra de um certo modo o argumento dos "idealistas" que estranhamente não foi ainda hoje completamente esquecido, segundo o qual o "*esse*" deve ser, se não também um "*percipi*", ao menos um "*cogitari*", porque ninguém pode pensar um "*esse*" sem – o pensar. E, em todo caso, o efeito de tais considerações deveria ser antes contra à sua intenção do que em conformidade com ela. Se, com efeito, este ultrabranco que foi evocado se encontra incluído pela concepção no domínio da reflexão teórica, então, a partir deste evento psíquico tão novo na vida, é um trabalho inteiramente novo que *pode* se apresentar à Psicologia. Seguramente isto não é incontornável: no caso do exemplo considerado, nada desse gênero foi alcançado, pois há uma grande variedade de concepções análogas. Mas, deve-se ter à vista uma tal possibilidade; e se, por acaso, fosse ela de fato realizada, então, ficaria claro quão pouco a concepção do ultra-branco concerne à Psicologia. A teoria do objeto seguramente já fez o seu trabalho por meio desta concepção, eventualmente a Psicologia somente depois fará o seu; e, então, seria suficientemente estranho tomar o trabalho já feito, em vista de um trabalho futuro, por um trabalho já psicológico.

[16] "Über Gegenstände höherer Ordnung etc.", Op. Cit, p. 186s.

[17] Cf. E. Mally, na terceira das presentes investigações, Cap. I, § 15, Cap. III, §10, Cap. IV, §25.

§6 – Teoria do objeto como teoria dos objetos do conhecimento

O que a psicologia não pode realizar de maneira alguma, por conseguinte, poderia ser investigado com melhores perspectivas ali onde são investigados fatos em cujas características o objeto é parte constitutiva. A partir do que foi visto acima, não há dúvida nenhuma de que fatos desse tipo se dão ao conhecimento. O conhecimento é um julgar (*Urteilen*) que não é verdadeiro apenas de maneira contingente, mas naturalmente e por assim dizer de maneira intrínseca: mas, um juízo é verdadeiro, não na medida em que há um objeto existente (*existierenden*) ou mesmo apenas um objeto que é (*seienden Gegenstand*), mas antes enquanto ele apreende um objetivo que é (*seienden Objektiv*). Que há cisnes negros e que não há um *perpetuum mobile*, são ambas verdadeiras, embora se trate num caso de um objeto existente e no outro de um objeto inexistente; na primeira subsiste (*besteht*) precisamente o ser, na segunda o não-ser do objeto em questão. A verdade está ligada em cada caso ao ser deste objetivo e é isto que a constitui. O juízo não seria verdadeiro se o objetivo em questão não fosse. O juízo também não seria verdadeiro se ele fosse constituído diferentemente de como ele é, e se por conseguinte ele igualmente não concordasse com o fato. A coincidência desta exigência subjetiva e desta exigência objetiva pode, então, ser inteiramente contingente: como quando se retira uma conclusão verdadeira de premissas falsas.

Agora, esta contingência ou exterioridade é sem dúvida estranha à relação entre conhecer e conhecido: aqui, está na natureza do juízo que este não passa, por assim dizer, ao lado do que é conhecido; e esta propriedade do conhecer valida-se diante do tribunal da Psicologia como aquilo que se conhece como evidência (*Evidenz*). Porém, o juízo evidente não constitui por si o fato do conhecer: essencial é a apreensão da objetidade (*Objektes*) ou do objetivo (*Objektivs*), por isso o ser deste último é indispensável. Nessa perspectiva, o conhecer é inteiramente idêntico no juízo que é verdadeiro *per accidens*, por assim dizer, e é por esta razão precisamente que o conhecer pode, no início da presente exposição, ser caracterizado como um fato dúplice. Aquele que quer se aprofundar cientificamente neste fato dúplice não deve, então, limitar-se ao aspecto psicológico, mas deve também levar em conta explicitamente, como uma parte da tarefa que lhe incumbe, o segundo aspecto, isto é, os objetivos que são e as objetidades que neles estão implicadas.

Nós retornamos aqui, quanto a nossa questão principal, de certa maneira a um ponto de vista que tivemos que abandonar no parágrafo precedente, ao considerar o fato de que os objetos não pertencem somente ao conhecer, mas também aos juízos errados, às representações e às atividades psíquicas realmente extra-intelectuais. Na medida em que nós chegamos ao resultado de que a doutrina dos objetos poderia naturalmente ser abordada no contexto da elaboração científica do conhecer, a questão se impõe de saber se, em virtude da limitação ao conhecer, e correlativamente da exclusão de todos os outros processos psíquicos, não seria uma parte dos objetos eliminada, o que conduziria ao abandono da universalidade, a qual, porém, não se pode renunciar quando se trata dos objetos enquanto tais.

Entretanto, essas ponderações são infundadas. Para se perceber isto, deve-se refletir numa diferença característica que resta entre a Psicologia e a ciência do conhecer. Compreende-se por si mesmo que a Psicologia lida somente com os eventos psíquicos efetivos e não com os simplesmente possíveis. A ciência do conhecer não pode se fixar tais limites, não apenas porque o saber como tal tem valor, de tal modo que o que não é, mas que poderia ser, chama sobre si a atenção, ao menos a título de desiderata. Por isso, entram em questão como objetos de nosso saber não apenas o conjunto de objetos pseudo-existentes, isto é, aqueles que são efetivamente julgados ou representados, mas também todos os objetos que não são objetos de nosso saber senão a título de possibilidade. Mas, não há nenhum objeto que não seja objeto de

conhecimento, ao menos como possibilidade, se se coloca na perspectiva desta ficção, de outro modo muito instrutiva, segundo a qual a aptidão ao conhecimento não seria afetada por nenhuma limitação, inscrita na constituição do sujeito, e que de fato não pode desaparecer completamente, do tipo daquelas que estão associadas à capacidade de sensação ou de distinção. Sob a pressuposição de uma inteligência não limitada em suas aptidões e suas operações, não há nada incognoscível, e o que é cognoscível também dá-se (*gibt es*), ou, porque habitualmente se diz "dá-se" principalmente do que é, e especialmente do existente, seria preferível dizer: tudo o que é cognoscível é dado (*gegeben*) – precisamente ao conhecer. E, na medida em que todos os objetos são cognoscíveis, a todos sem exceção pode ser atribuído o ser-dado (*Gegebenheit*) como propriedade universal, quer eles sejam quer não.

Não se faz mais necessário expor a conseqüência no que concerne à relação dos objetos do conhecimento com os objetos das outras atividade psíquicas. Os objetos, seja qual for o tipo de vivência a qual eles pertençam, são inequivocamente também objetos de conhecimento. Portanto, aquele que procura elaborar os objetos do ponto de vista do conhecer e cientificamente não tem que se preocupar quanto a questão de saber se, em assumindo esta tarefa, ele não corre o risco de desse modo excluir um domínio qualquer da totalidade dos objetos.

§7 – Teoria do objeto como "lógica pura"

Conforme a uma antiga tradição, primeiro deve-se pensar na lógica quando está em questão a elaboração científica do conhecer; e efetivamente, apenas em uma época recente, pela primeira vez, a lógica se impôs, em uma de suas partes principais, a lógica pura ou formal[18], tarefas[19] que coincidem de maneira inegável com aquelas que deveriam ser plausivelmente realizadas por uma elaboração científica dos objetos enquanto tais. Eu já assinalei a minha aprovação fundamental, em outro lugar[20], ao ataque de Husserl contra o "psicologismo" na lógica e numa época em que, por razões exteriores, apenas pude tomar conhecimento de uma maneira provisória e ainda muito incompleta da considerável obra do referido autor. Hoje, quando eu espero ter reconhecido, fazendo-lhe justiça por meio de um estudo aprofundado, os méritos da obra em questão, eu não posso mais sustentar a expressão de minha aprovação, pois eu tenho que atender a muitas outras coisas, incluindo aquelas "tarefas", e, se eu prefiro não atribuir precisamente tais tarefas à "lógica pura", isto não é senão um desacordo de uma importância relativamente secundária.

As condições que parecem ser aqui determinantes concernem, tanto quanto eu posso ver, que se não pode, sem violência, dissociar da lógica a idéia de uma arte interessada nas operações do intelecto e sua aptidões; que, portanto, a lógica permanece em todas as circunstâncias uma "disciplina prática"[21], cuja elaboração permite que se efetue a passagem àquilo que eu, na ocasião, caracterizei como uma "disciplina teórico-prática"[22]. Por isso, eu prefiro antes não mais nomear lógica uma disciplina que tenha sido "purificada" de toda visada prática e que por conseguinte deveria ser caracterizada como "lógica pura"[23]; eu prefiro reservar as tarefas atribuídas à "lógica pura" à única

[18] Cf. E. Husserl, *Logische Untersuchungen*, 2 Bde. Leipzig und Halle, 1900 und 1901. Lógica "pura" e "formal" são expressamente identificadas, p. ex., Bd. I, p. 252.

[19] Em particular, Bd. I, p. 243ss; também Bd. II, p. 92ss.

[20] *Über Annahmen*, p. 196.

[21] Eu tentei desenvolver isto no meu escrito *Über philosophische Wissenschaft und ihre Propädeutik*, Viena, 1885; comparar em particular p. 96s.

[22] *Ibidem*, p. 98.

[23] Pelo termo equivalente "Lógica formal" me vem ainda à memória tudo o que se tem ensinado quase exclusivamente sob este nome e que teve que ser combatido e muito bem superado. Deveria haver aí uma propriedade individual simples? Por isso, talvez, não se torna evidente a pouca adequação da palavra "Forma" para o que ela pretende designar, ao menos em fornecer uma imagem

disciplina teórica ou à única das disciplinas teóricas a que deve a lógica, como todas as outras disciplinas práticas, terminar por retornar.

Que nesse sentido não se deve recorrer exclusivamente à Psicologia, é um ponto sobre o qual, como acima novamente foi evocado, eu compartilho inteiramente a opinião com o autor das *Recherches logiques*. E quando eu considero os conceitos principais aos quais ele sempre retorna sem cessar em sua polêmica contra o "psicologismo", afim de caracterizar este domínio extra-psicológico do saber, me é difícil evitar a impressão de que nosso autor não conseguiu ele mesmo se livrar inteiramente daquilo que ele combate de maneira justa com tanto zelo. A "lógica pura" lida com os "conceitos", com as "proposições", com as "deduções", etc. Porém, afinal não seriam os conceitos representações (*Vorstellungen*) elaboradas para fins teóricos, mas justamente ainda representações? E quando, diante de uma "proposição", se faz abstração da significação gramatical deste termo, de outro modo tão presente, como o exigia expressamente Bolzano, por exemplo, pode-se agora fazer igualmente abstração do processo psíquico (a suposição ou o juízo) expresso pela proposição gramatical ou, mais precisamente ainda, se isto é feito, o que nos resta que possa ainda pretender levar o nome de "proposição"? Mas, obviamente subsiste ali ainda um sentido extra-psicológico, mesmo com o sentimento de um uso um tanto metafórico das palavras, quando se fala do "princípio (*Satz*) de contradição", do "princípio de Carnot", etc.[24] Tal sentido está inteiramente ausente, tanto quanto eu vejo, no termo "dedução" (*Schluss*). Pois, se se fala igual e naturalmente "da" dedução segundo o modo "darapti", "da" dedução hipotética, etc., não se visa desse modo menos um processo intelectual, ou mesmo seu possível resultado, do que um processo fisiológico quando se fala "da" circulação do sangue.

Por isso, me parece que o fato de alocar as deduções e demonstrações "objetivas", por oposição às deduções e demonstrações subjetivas[25], corre o risco de obscurecer mais do que clarificar a situação, se me é permitido retirar do conteúdo geral das *Recherches logiques* e de numerosas análises detalhadas, a convicção que, a despeito de várias divergências nos detalhes, na época inevitáveis, são no essencial os mesmos fins aos quais as investigações filosófico-matemáticas[26] permitiram ao nosso autor, que me possibilitaram a distinção, devida a considerações em parte efetivamente e em parte supostamente psicológicas, entre conteúdo (*Inhalt*) e objeto (*Gegenstand*)[27] e, mais ainda, aquela entre objetidade (*Objetkt*) e objetivo (*Objetiv*)[28]. Em tais circunstâncias, seria mais útil a esta causa comum, em vez de insistir sobre as reservas de ordem essencialmente terminológicas, evocadas acima, ou sobre pontos deste tipo, se eu tentasse antes explorar brevemente como a meu ver se deveria enfrentar o perigo do "psicologismo", sem dúvida ainda não completamente eliminado, não obstante a atenção que lhe foi dedicada.

§8 – Teoria do objeto como Teoria do conhecimento

Antes, contudo, retiremos da objeção que se acabou de formular contra a expressão "lógica pura" uma conseqüência prática imediata. Desde há muito tempo não se encontra um nome para uma doutrina do saber que, por representar uma ciência teórica, não tem nenhum fim prático. Para esta não se poderia desejar como mais natural a designação "teoria do conhecer", ou mais precisamente "teoria do conhecimento". Eu falarei, então, de "teoria do conhecimento" em vez de "lógica pura", e espero mostrar

minimamente clara?

[24] Naturalmente, trata-se aí dos objetivos (*Objektive*), cf. *Über Annahmen*, p. 197, nota.

[25] *Logische Untersuchungen*, vol. II, p. 26, tbém 94 e 101.

[26] Compare *Idem*, Prefácio do vol. I, p. V.

[27] "Über Gegenstände höherer Ordnung etc.", p. 185ss.

[28] *Über Annahmen*, p. 150ss.

agora que a questão do "psicologismo" na teoria do conhecimento nos reconduzirá de novo à teoria dos objetos, da qual as considerações precedentes aparentemente nos afastaram um pouco.

O "psicologismo", quando designa uma inclinação natural ou uma disposição fundada sobre reflexões fundamentadas de abordar a solução de problemas com a ajuda de meios predominantemente psicológicos, não implica em si nada de repreensível[29]. Mas, dentro de um círculo de problemas definido, precisamente este que nós nos ocupamos aqui, uma coloração negativa não é absolutamente estranha a esse termo: pois, compreende-se precisamente por ele um modo de tratamento psicológico em lugar errado. Na medida em que o conhecer é uma vivência, o modo de consideração psicológico não pode ser excluído por princípio da teoria do conhecimento; terá de tratar de conceitos, proposições (juízos e suposições), de raciocínios, etc., também de modo psicológico. Mas, face ao conhecer se põe o conhecido; o conhecer é, como já indicamos muitas vezes, um fato de dupla face. Aquele que negligencia o segundo aspecto e que, portanto, procede à maneira da teoria do conhecimento, como se houvesse apenas o lado psíquico do conhecer, ou aquele que desejaria subjugar este segundo ao ponto de vista do processo psíquico, não poderia evitar o reproche de psicologismo.

Poderíamos tornar claro, ao menos de certa maneira, em que consiste verdadeiramente o perigo que o psicologismo traz, perigo ao qual nenhum daqueles que se ocupam das questões pertencentes à teoria do conhecimento pode escapar sem pagar tributo? Aquela duplicidade do conhecer é suficientemente insidiosa que quase ninguém pode o desconhecer, mesmo se houvesse apenas o existente para conhecer. Mas, já as matemáticas em geral, e singularmente a Geometria, tratam, como nós vimos, do não-efetivo; e assim o pré-juízo, já denunciado muitas vezes, em favor da realidade efetiva já aí conduz a um dilema que parece evidente e no fundo tão estranho, do qual não se pode ter facilmente consciência explícita e que pode ser formulado assim: ou bem aquilo sobre o qual se volta o conhecer existe na realidade efetiva, ou bem ele existe, ao menos, "em minha representação"; em suma, ele "pseudo-existe". Em favor da naturalidade desta disjunção nenhum testemunho é mais eloqüente que o emprego da palavra "ideal", que na consciência moderna da língua e na ausência de qualquer consideração histórica, significa aproximadamente aquilo que é "pensado" ou "somente representado" e, por isso, por si mesma parece perfeitamente aplicável a todos os objetos que não existem e também aos que certamente não podem absolutamente existir. Acredita-se involuntariamente que o que não existe fora de nós, ao menos, deve existir em nós: e com isso pertenceria ao tribunal da Psicologia, e então se poderia dar espaço enfim para o pensamento de que talvez o conhecimento do existente e, com este conhecimento, a realidade efetiva ela mesma, seriam suscetíveis de uma abordagem "psicológica".

Talvez, agora aquele pré-juízo em favor da realidade efetiva deixe-se retroceder um passo atrás, mostrando a verdade de onde ele se originou. Seria certamente errado crer que cada conhecimento tem que ser de existência ou de um existente (*Existierenden*): mas, não é correto que no final, todo conhecimento como tal tem a ver com o que é (*Seienden*)? O que é, o "fato" (*Tatsache*), sem o qual nenhum conhecimento pode valer como conhecimento, é o objetivo (*Objektiv*) apreendido por um ato de conhecimento apropriado, ao qual cabe um ser (*Sein*) ou mais exatamente um subsistente (*Bestand*), quer seja positivo ou negativo, quer se trate de um ser (*Sein*) ou de um ser-tal (*Sosein*). Seria muito ousado supor que a fatualidade (*Tatsächlichkeit*) do objetivo (*Objektiv*), associada inevitavelmente a todo conhecer, sofreu uma transposição para a objetidade (*Objekt*) que a teoria considera quase que unicamente, para tornar-se em

[29] Em relação a isso, me abona no principal a objetividade demonstrada pela exposição dos fatos devida a Überweg-Heinze, que coloca a minha própria atividade científica sob o título geral "psicologismo" (*Grundriss der Geschichte der Philosophie*, 9ª ed., 4ª parte, p. 212sg.). Para ver em que sentido eu mesmo devo concordar com esta caracterização, comparar *Über Annahmen*, p. 196.

seguida, por extrapolação, uma tácita exigência de realidade efetiva aplicando-se a tudo o que se oferece ao conhecimento?

A questão pode aqui ser deixada sem solução: não é a psicologia do psicologismo que constitui nosso problema. Porém, o que permanece fora de dúvida, em todo caso, é que o psicologismo na teoria do conhecimento acaba sempre por negligenciar ou desconhecer o lado objetual do fato do conhecimento, a palavra "objeto" (*Gegenstand*) sendo aqui tomada em sua acepção mais larga, segundo a qual ela inclui também o objetivo (*Objektiv*). Aquele que não apreendeu a significação e a especificidade do objetivo (*Objektiv*) e procura, por conseguinte, na objetidade (*Objekte*) o ser (*Sein*) que pertence a todo conhecer, não está em condições de apreciar suficientemente a eventualidade do não-ser (*Nichtseins*) e do ser-tal (*Soseins*), e pensa que em todo ente (*Seienden*) deve-se encontrar um efetivo (*Wirkliches*), este cai no psicologismo. E aquele que quer se proteger disso não tem certamente a necessidade de se dar por tarefa eliminar cuidadosamente toda a psicologia da teoria do conhecimento: a psicologia do conhecer deverá antes constituir sempre uma parte integrante da teoria do conhecimento; deve-se apenas evitar de incluir como psicologia, na teoria do conhecimento, o que precisamente é e deve permanecer – teoria dos objetos.

Se, então, a teoria dos objetos do conhecimento, ou mais brevemente a teoria do objeto, é apresentada para nós como uma parte integrante da teoria do conhecimento[30], então, se poderia agora facilmente encontrar também resposta à questão posta no início da presente reflexão. O lugar apropriado para a investigação dos objetos como tais, assim nós podemos agora dizer, é a teoria do conhecimento. E, de fato este é um resultado que se pode aceitar sem prejuízo maior para a teoria do objeto. A teoria do conhecimento será e permanecerá, quanto mais ela tenha consciência de suas tarefas, muito mais seguramente, uma parte essencial da teoria daquilo que é para ser conhecido, do "dado" (*Gegebenen*) no sentido antes usado dessa palavra, portanto, dos objetos em sua totalidade, e os interesses próprios da teoria do conhecimento prepararão naturalmente, e seguidamente de maneira suficiente, a via aos da teoria do objeto. Portanto, se eu não me engano, deve-se ainda dar um passo a mais, se se quiser efetivamente fazer justiça às pretensões que uma teoria dos objetos, graças a sua especificidade, está habilitada a erguer.

§9 – Teoria do objeto como ciência especial

Em conseqüência disto, mostra-se agora a posição da outra ciência, a qual nós antes atribuímos uma participação fundamental, ao lado da teoria do objeto, na teoria do conhecimento: a Psicologia. Não pode haver, nós aceitamos isso como auto-evidente, nenhuma teoria do conhecimento que não trate do ato de conhecer e, nessa medida, que não seja também psicologia do conhecimento. Mas, ninguém pode desejar considerar por isso que a posição da Psicologia no sistema das ciências seja definida pela importância que ela tem na teoria do conhecimento, ninguém desejará ver na Psicologia tão somente uma parte da teoria do conhecimento. No caso da teoria do objeto, ficar-se-ia satisfeito com uma caracterização semelhante? É essencial para o interesse pelos objetos, passar igualmente pelo interesse no conhecer?

Que não seja assim, qualquer um que se familiarizou um pouco com os problemas relativos à teoria do objeto tem, de maneira suficiente, uma experiência direta. A consideração seguinte é menos direta, mas não menos clara, a qual se pergunta até que ponto seria possível tornar útil cada aspecto da teoria do objeto a que a presente

[30] No que concorda o mais novo estudo de A. Höfler, "Zur gegenwärtigen Naturphilosophie", no caderno 2 de *Abhandlungen zur Didaktik und Philosophie der Naturwissenschaft*, editado por F. Poske, A. Höfler e E. Grimsehl, Berlim, 1904, p. 151 (p. 91 da edição separada).

investigação já nos conduziu e nos conduzirá, no futuro, para os problemas da teoria do conhecimento. Pode-se, como foi feito acima, exaltar a importância fundamental de certos resultados derivados da teoria do objeto, notadamente no terreno do psicologismo epistemológico e noutros domínios, e conceder entretanto que a teoria do objeto coloca também problemas cuja solução não pode ser abordada senão em virtude de um interesse intrínseco a ela atribuído.

Isto se tornará particularmente claro se se parte de um pressuposto que, certamente, possui ainda muitos aspectos inexplicados, mas com o qual eu não temo me desviar ao abordar o problema principal. Eu observei, mais acima, que jamais se encontrou, realmente, um lugar que fosse verdadeiramente natural para as matemáticas no seio dos sistema das ciências. Se eu não me engano, a razão é que, do ponto de vista da problemática principal, a concepção da teoria do objeto ainda não tinha sido desenvolvida; no essencial, porém, as matemáticas são uma parte da teoria do objeto. Eu digo "no essencial" e assim quero deixar, o que eu indiquei com a alusão a pontos que restam inexplicados, expressamente aberta a eventualidade de uma diferenciação, de qualquer maneira inteiramente específica, dos interesses matemáticos[31]. Mas, com exceção dessa eventualidade, me parece inteiramente evidente que certos aspectos internos e externos asseguram às matemáticas, no seu domínio próprio, a vantagem de oferecer, para organizar todo o domínio de objetos, o que a teoria do objeto deve se dar por tarefa ou ao menos ter diante dos olhos como um ideal seguramente inacessível. Porém, se isto é correto, então é de todo evidente quão pouco os interesses próprios da teoria do objeto, na medida em que eles sejam tratados em um nível mais especial, são ainda interesses cognitivo-teoréticos.

Disto que foi exposto, eu concluo que a teoria do objeto reivindica a posição de uma disciplina independente da teoria do conhecimento e, portanto, tem a pretensão de uma disciplina científica autônoma. Visto que esta exigência não pode se erguer sobre alguma coisa acabada, senão que, ao contrário, ela mal ultrapassou o estágio inicial de sua realização, o desenvolvimento avançado de uma parte do todo, que é antes uma indicação do que um resultado, não apresenta obstáculos exteriores contra o reconhecimento desta exigência situada apenas no discurso. Um matemático não veria como uma exigência insignificante, se ele tivesse que conceder que ele "na realidade" é um teórico do objeto. Mas, também ninguém exigiria de um físico ou de um químico que eles se tomassem como metafísicos, de uma parte, porque é impossível definir ou nomear uma ciência existente a partir de uma disciplina que não está senão no nível do desejo e, por outra parte, porque uma disciplina relativamente mais geral pode e deve, enquanto tal, se propor objetivos estranhos a uma outra que é relativamente mais especial. Este segundo ponto é em certa medida ainda obscuro, quando se trata da relação entre as matemáticas e a teoria do objeto, pelo fato de que no domínio desta última as matemáticas representam não uma, entre outras, mas a única disciplina especial conhecida e reconhecida em sua singularidade. Assim, a teoria dos objetos é uma tarefa dúplice, cujos aspectos todos não são talvez da mesma natureza, de um lado ela persegue os objetivos próprios de uma disciplina cuja generalidade e extensão são as maiores e, de outro cabe a ela substituir todas as ciências especiais dotadas de um domínio específico que até agora não se beneficiaram de um tratamento particular. Através dessa necessidade de, nos casos faltantes, descer até os domínios relativamente particulares, inevitavelmente será obscurecido novamente o caráter de ciência universal, e a subsunção das matemáticas no domínio da teoria do objeto poderá, então, facilmente parecer ameaçar sua especificidade e sua legitimidade.

Mas, tais considerações exteriores e contingentes não devem impedir a percepção da copertinência íntima, na medida em que ela exista. Compreende-se melhor esta

[31] Comparar, como esboço de uma definição mais apropriada, E. Mally, no número III das *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie*, Introdução §2, Cap. VII, §40s.

situação, de todo modo complexa, se se diz: as matemáticas seguramente não são teoria do objeto, mas como que uma ciência em si; porém, seus objetos se situam em um domínio que em sua totalidade a teoria do objeto tem que legitimamente tratar.

§10 – Do que é da teoria do objeto nas outras ciências. Teoria geral e teoria especial do objeto

Em relação ao material com o qual ela tem de lidar, isto é, em relação às diversas ciências, a teoria da ciência pode conforme o caso adotar um ponto de vista dúplice. Quando ela se fixa no princípio das ciências empíricas, seguramente a atitude mais natural é esta: primeiro os fatos, depois a teoria. Faz-se necessário, com efeito, que as diversas ciências sejam dadas para que se possa então se manifestar a necessidade de abordar um pouco mais de perto a sua natureza e suas relações mútuas. Mas, a ciência é também, em parte ao menos, o resultado de uma atividade de antecipação e a teoria da ciência pode, para servir esta antecipação, tratar também de disciplinas que ainda não existem, mas que deveriam existir, e ela pode se propor determinar o conceito e as tarefas destas ciências tanto quanto seja possível.

Nós também fomos levados a reflexões que pertencem à teoria da ciência, no que precedeu, constrangidos pelo interesse que nós temos pelos objetos. Isto nos obriga a operar conforme o segundo dos modos antes indicados: a teoria do objeto, que nós devemos considerar como uma ciência própria, no principal é uma ciência que, enquanto considerada como uma disciplina particular, expressamente reconhecida em sua legitimidade específica, no momento ainda não existe. Agora, absolutamente não se deve entender por isso que a teoria do objeto foi até agora tão pouco praticada em função de seu assunto quanto de seu nome. E pode ser que a exploração precisa das conexões, extremamente estreitas e numerosas, com outras vias de pensamento já abertas, apenas seja oportuna no momento em que a procurada nova ciência se legitime ela mesma, pelo que ela está em condições de oferecer, não deverá sem proveito, para a introdução que eu tento aqui desta nova ciência, de ao menos não a privar de toda referência ao fato de que, graças a esta disciplina, se pode dar conta de necessidades que já foram desde há muito tempo pressentidas e que já alcançaram expressão sob as formas mais variadas, desde que se examine de maneira refletida certos interesses muito difundidos, dos quais seguidamente, talvez, permaneceram mal-compreendidos os verdadeiros fins.

De fato, eu penso que investigações históricas particulares não são verdadeiramente necessárias para reconhecer que até o presente a teoria do objeto foi praticada, certamente não de maneira "explícita", mas seguidamente de maneira "implícita"; a isto se deve acrescentar que, ao menos na prática, há graus na implicação que permitem apresentar a transição ao estado explícito como um contínuo. Se se examina estas transições e o que as provoca, deve-se considerar que nós reencontramos os interesses próprios à teoria do objeto, por assim dizer, em duas ocasiões diferentes: nas questões relacionadas diretamente com certos domínios mais especiais de objetos, e nas questões concernentes ao domínio total de objetos. Nesse sentido, e também apenas para as necessidades da compreensão imediata, nós podemos distinguir a teoria especial e a teoria geral do objeto.

Agora, já foi indicado mais acima que a teoria especial do objeto, em um certo sentido a teoria mais especial, encontra nas matemáticas a mais brilhante representação que se pode desejar. Depois de longo tempo, este brilho levou ao desejo de abrir a outros domínios do saber, — eu bem poderia dizer, abreviadamente, a outros domínios de objetos —o procedimento "*more mathematico*", e seria difícil considerar como erro grave o fato de se acrescentar que, a cada vez que se fez tais tentativas, igualmente se

ensaiou praticar a teoria especial do objeto em domínios exteriores às matemáticas. Seguramente não se deve levar em conta toda aplicação dos procedimento matemáticos: quando o comerciante ou o engenheiro calculam, isso tem tão pouco a ver com a teoria do objeto quanto com qualquer outra teoria. Mas, certas pressuposições concernentes ao objeto subjazem naturalmente também em toda aplicação prática deste tipo e não é diferente quando a aplicação tem lugar na perspectiva de um interesse teórico. Nesse caso, a natureza dessas pressuposições pode restar inteiramente subjacente à técnica do cálculo que mobiliza nossa atenção, como o mostram de maneira mais evidente os exemplos da teoria das probabilidades, ou a teoria do erro, cujo pertencimento natural, à Lógica para a primeira, e à Psicologia para a segunda, não foi percebida ainda hoje por todos nem sequer admitida. Agora, a natureza destas pressuposições pode colocar as operações de cálculo efetuadas diretamente a serviço da teoria do objeto, como é fácil de mostrar no caso da teoria das combinações. Mais ainda que a Aritmética, a Geometria parece, para além desses estreitos limites, prestar-se a certas constatações da teoria do objeto. Considerando-se, com efeito, como seus domínios próprios, para a primeira as grandezas numéricas, para a segunda as grandezas espaciais, então, tudo o que se apresenta como a transposição, tão habitual para todo mundo, de concepções geométricas do espaço para a dimensão temporal será já exterior às matemáticas, mas, ao mesmo tempo como pertencendo à teoria do objeto, pois que não há nada aí que estabeleça uma ligação qualquer com o que se chama realidade *(Realität*), mais exatamente com a existência efetiva *(Existenz*) do tempo. Compreende-se que a analogia vale, em grande medida, para a Phoronomia e, se A. Höfler tem razão, o que é pouco provável, quando, além do espaço e do tempo, ele chama a atenção para a tensão (*Spannung*) que ele considera como "o terceiro fenômeno fundamental da mecânica"[32], então, uma outra direção é assim designada em que esta ciência, sem que seja dado atenção ao seu caráter por natureza empírico, reencontra, graças à elaboração *a priori* estendida de seu objeto, os interesses que são aqueles da teoria do objeto.

Esta consideração geométrica estendida torna-se mais evidente ali onde, em virtude da especificidade do domínio concernido, ela vale parcialmente. Nessa direção, são particularmente instrutivos os esforços da Psicologia moderna para classificar os "objetos da percepção"[33] próprios aos diferentes sentidos e para apreender sua diversidade tanto quanto possível por meio de uma figuração espacial; e mesmo que esses esforços permitiram já trazer à luz os mais tangíveis resultados[34], mesmo ali onde se trata da visão, e que a expressão "geometria das cores" comporte uma conotação elogiosa bastante imerecida, é precisamente aí que, de maneira inegável, se apresenta o fato de que esses esforços pertencem antes à teoria do objeto que à Psicologia. Eu espero que não seja um traço pessoal o fato de me referir aqui apenas às explicações destas coisas numa perspectiva intencional e estritamente psicológica, e que muitos aspectos da natureza dos problemas próprios à teoria do objeto foram revelados em toda a sua generalidade.

O que eu acabo de definir como uma intervenção da consideração matemática além de seu domínio estrito tem a característica do instintivo e do inconsciente, em comparação com as expressivas tentativas de estender o domínio e a maior generalização de suas problemáticas já pretendidas sob o nome de teoria geral das funções e, inegavelmente, em expressões como "teoria da dimensão", "teoria da multiplicidade", bem como também sob a tão mal compreendida rubrica "metamatemática". Vistas do ponto de vista que agora nos serve de medida, estas investigações altamente significativas representam a passagem da teoria especial à teoria geral do objeto. Sob

[32] A. Höfler, "Zur gegenwärtigen Naturphilosophie", p. 84 (p. 24 da edição separada), nota 23; também p. 164 (p.104). A "teoria da dimensão", mencionada no mesmo texto , p. 147 (87), merece igualmente ser citada no presente contexto.

[33] Um termo que me parece muito útil devido a Witasek (cf. sua obra *Grundlagen der Algemeinen Ästhetik*, Leipzig, 1904, p. 36ss).

[34] Cf. o meu "Bemerkungen über den psychologischen Farbenkörper etc.", Op. cit. p. 5ss.

muitos aspectos pode-se atribuir uma posição análoga aos esforços e aos resultados, que obedecem a uma intenção inteiramente diferente, que se costuma reunir sob o nome geral de "lógica matemática". Ao contrário, é à teoria geral do objeto que cabe avaliar, apesar do saber histórico-filosófico de nossa época ter em mais alta conta, de maneira inteiramente aproximativa, as posições e os impulsos que levaram a lógica (não matemática), a teoria do conhecimento e a metafísica, de Aristóteles até os nossos dias, a investigações no interior do círculo de interesses de que nos ocupamos aqui. Mas, a mesma coisa vale também para a ciência da linguagem, especialmente a Gramática, cuja importância não foi certamente desconhecida nem pela antiga nem pela nova lógica, embora dificilmente pudesse ser apreciada corretamente caso não se reconheça na natureza do sentido de uma palavra a objetidade (*Objekt*), e na do sentido de uma frase, o objetivo (*Objektiv*)[35]. As coisas bem poderiam ter sido diferentes, pois hoje nos sentimos tentados a afirmar que a teoria geral do objeto tem a aprender com a Gramática da mesma maneira que a teoria especial pode e deve aprender com as matemáticas.

Como mostra este rápido panorama, não obstante sua superficialidade, a teoria do objeto absolutamente não está, em todas os assuntos, dependente de trabalhos ainda por começar. Antes, surge logo a questão de saber se a introdução que aqui foi tentada de uma "teoria do objeto" significa algo mais do que um novo nome para uma coisa antiga. E facilmente pode-se descobrir que é indiferente para o trabalho de investigação ainda por fazer se ele for realizado por um matemático, um físico, um lógico, ou —um teórico do objeto. Todavia, nessa última locução há um mal-entendido que nós já tentamos dissipar desde o início de nossas reflexões. Seguramente, é indiferente saber quem resolveu os problemas teóricos e sob qual denominação isso foi feito. Se o reconhecimento da teoria do objeto como disciplina particular fosse alcançado, ainda assim poderíamos continuar gratos aos matemáticos, físicos e lingüistas, bem como aos representantes de não importa qual outra disciplina particular, pela contribuição aos interesses próprios da teoria do objeto, mesmo quando eles imaginam não ter abandonado o domínio de competência de sua própria disciplina. Ao contrário, para um grande número de trabalhos decisivos, senão para a maioria, será, como tão seguidamente acontece, da maior importância ter uma representação a mais clara possível da natureza da tarefa a ser realizada: o refinamento de antigos questionamentos, a adição de novos e fecundos, é uma conseqüência natural. O fato que os problemas e os esforços acima articulados, que no início pareciam tão diferentes, se revelarem correlacionados do ponto de vista da teoria do objeto, garante o valor deste ponto de vista.

§11 – Filosofia e teoria do objeto

Se, pelo apresentado até aqui, eu posso esperar ter mostrado suficientemente a legitimidade própria da teoria do objeto em relação às outras ciências, então, agora é o momento de dar alguma atenção também às relações de parentesco com o restante das ciências, em outras palavras: determinar minimamente o lugar da teoria do objeto no sistema das ciências. As dificuldades que devemos agora enfrentar, notadamente ali onde se faz o esforço por tomar como ponto de partida certas definições pouco satisfatórias das ciências concernidas, não são atribuíveis apenas exclusivamente à teoria do objeto ou àquele seu "ideal" aqui defendido. Com efeito, pode-se constatar sempre que por mais diversas que sejam as ciências, o seu desenvolvimento e seu crescimento foram pouco perturbados pelo fato de que até agora não se encontrou para elas definições que fossem, sob todos os aspectos, desprovidas de alguma fonte de objeção.

[35] Cf. *Über Annahmen*, sobretudo p.19ss, e p. 175ss.

Eu não tiro disso a consequência de que não se deveria fazer estes esforços na tentativa de alcançar tais definições, mas eu infiro, certamente, que se não deve deixar inexplorada a situação imperfeita a qual já se alcançou e que, paralelamente, é também desejável investigar igualmente se não seria de ajuda apoiar-se em algum conhecimento concreto das coisas, sem recorrer a uma definição formal.

Partindo-se desta que, de alguma maneira, é próxima destas disciplinas cujo conjunto é resumido pelo termo "filosofia"[36], não se terá nenhuma dificuldade em reconhecer na teoria dos objetos uma destas disciplinas. Mesmo a teoria do objeto pertence à filosofia e a única questão que se pode levantar interroga sobre sua posição em relação às outras "disciplinas filosóficas". Ora, eu já dediquei a maior parte dessa exposição para responder esta questão. Resultou que a teoria do objeto não é nem uma psicologia nem uma lógica, e em razão da impossibilidade de se confundir com elas. Eu igualmente creio poder mostrar que ela é independente da teoria do conhecimento; mas, eu desejo atribuir, como eu disse, menos importância a este último resultado. Que se não possa praticar a teoria do conhecimento sem colocar em ação ao mesmo tempo a teoria do objeto —ou, pelo menos, sem fazer uso de suas aquisições essenciais —parece-me, em todo caso, fora de dúvida[37]; por causa disso um mal-entendido poderá, no final das contas, surgir no caso que se pretenda que estas aquisições mesmas tenham, na verdade, sido obtidas ou deveriam ser de qualquer modo somente em nome da teoria do conhecimento.

Muito mais importante quanto à posição da teoria do objeto me parece ser, ao contrário, as "relações hierárquicas" que ela mantém com uma outra disciplina vizinha que foi já retomada várias vezes no que precede: eu quero falar da metafísica, termo sob o qual a história da filosofia tem arquivado muitas das teses mais significativas da teoria do objeto. Mesmo aquele que deseje considerar a teoria do objeto como uma parte da teoria do conhecimento —no sentido da concepção que é definida como relativamente admissível, embora eu não a aprove —não será dispensado por isso deste problema de delimitação: pois, precisamente, a teoria do objeto conta entre os seus domínios constitutivos, para finalizar, o domínio a propósito do qual (dos quais) a teoria do conhecimento e a metafísica não conseguiram, como se sabe, nunca se entender.

Infelizmente, porém, justamente quando se trata da metafísica é impossível chegar a um entendimento sem se recorrer a determinações de ordem definicional. Nesse espírito, eu não vou passar em silêncio ao menos a sugestão que A. Höfler me fez chegar durante a redação do presente estudo e que, se apoiando sobre uma concepção inteligente de J. Breuer[38], visava à definição da metafísica como a ciência do "metafenomenal"[39]. A razão pela qual eu não estou em condições de fazer justiça a esta sugestão é, no essencial, a mesma pela qual, depois de anos, eu não posso me resolver a considerar que os "fenômenos" são aquilo que os físicos tratam, a saber, a luz, o som, etc., ou que são os "fenômenos psíquicos" de que se ocupam os psicólogos. Os fenômenos, enquanto tais, são um tipo, mesmo se ele é muito importante, de objetos pseudo-existentes. O que existe efetivamente, no caso de uma pseudo-existência, não é senão representações determinadas por seu conteúdo: ora, as representações – para simplificar, eu falarei apenas da física –, Höfler mostra por argumentos particularmente muito patentes[40], não são jamais objetos de pesquisa para esta última disciplina. Seguramente, o fenômeno não é o fenomenal, a manifestação não é o que se manifesta, uma vez que se entenda por este último termo algo que pode ser conhecido a partir de

[36] Especialmente sobre isso em minha consideração *Über philosophische Wissenschaft und ihre Propädeutik*, Kap. I. Cf. o novo trabalho de Höfler, "Zur gegenwärtigen Naturphilosophie", Op. cit., p123 (63)ss.
[37] Cf. tbém Höfler, Op.cit, p151 (91).
[38] Publicado no anexo I da obra citada seguidamente citada de Höfler, *Zur gegenwärtigen Naturphilosophie*.
[39] Ibidem, p154 (94)s.
[40] Cf. *Zur gegenwärtigen Naturphilosophie*, especialmente p131 (71)ss.

sua manifestação, e cuja existência possa ser deduzida, por exemplo, do fato da manifestação. Eu não vou contestar que o que se manifesta seja aquilo que o interesse do físico notadamente visa. Mas, eu não posso mais considerar que seria possível excluir do domínio dos problemas metafísicos o gênero do "fenomenal", por exemplo, da questão da origem e do fim do que se manifesta.

Na medida em que eu não posso fazer uma digressão consequente em relação ao tema principal deste estudo – a importância da reflexão apontada por Höfler e Breuer exigiria, com efeito, que se lhe faça justiça de um modo apropriado – possam, para o momento, estas poucas observações serem suficientes para justificar o porque não cessa[41] de me parecer o mais oportuno, quando se busca definir a metafísica, colocar o acento principal sobre a característica da generalidade maior possível, no sentido em que seus problemas têm o domínio de validade o mais englobante possível. A metafísica não é nem física, nem biologia física, nem biologia psíquica; ao contrário, ela trata, em seu domínio de pesquisa, tanto do inorgânico como do orgânico e do psíquico, para descobrir aquilo que é pertinente do ponto de vista do conjunto disso que pertence a domínios tão diferentes. Naturalmente, em relação a esta definição, e em razão do acento que ela coloca necessariamente sobre a universalidade, faz-se particularmente sentir a necessidade de clarificar a relação entre metafísica e teoria do objeto, visto que, em relação à segunda, nossa atenção não deixou de ser solicitada pela amplidão singular do domínio que é o seu. Mas, sem dúvida, o fato de ter igualmente em conta a teoria do objeto nos conduziu a um ponto de vista que nos autoriza a completar a definição que se deu da metafísica e, desse modo, fazer calar muitas objeções, as quais ela até aqui poderia estar exposta.

De resto, a esse propósito eu posso recorrer ao que já foi dito, nessa medida, e exprimir as coisas de modo breve. Se não existe no mundo, como nós estamos justificados a crer, nada que não seja ou bem da ordem física ou bem da ordem psíquica, a metafísica é seguramente, na medida em que ela trata tanto do que é físico quanto do que é psíquico, a ciência da totalidade da realidade efetiva. Nessa medida, são naturalmente também de ordem metafísica as tese fundamentais do monismo – que pretende a identidade essencial do físico e do psíquico – e a do dualismo – que afirma a diferença essencial entre estas duas ordens. Mas, reconhecer duas coisas como idênticas ou como diferentes é reconhecer de fato alguma coisa que está em relação com estas duas coisas: este conhecimento concerne tanto à identidade quanto à diferença; e a identidade é ela mesma por sua vez nada menos que uma coisa, bem como a diferença. Ambas são exteriores à disjunção entre físico e psíquico, pois elas se situam fora do que é real. Ora, existe também um saber da não-realidade: e mesmo que se atribua às tarefas da metafísica uma generalidade tão grande quanto se queira, existem problemas ainda mais gerais que os desta última, problemas para os quais a orientação essencial que dirige a metafísica para a realidade efetiva não constitui nenhum limite. Tais problemas são precisamente os da teoria do objeto.

Porém, não se deixará de perguntar, se não é excessivo ou, ao menos, arbitrário excluir radicalmente do domínio de pesquisa da metafísica todos os objetos ideais?[42] Eu respondo que eles não devem ser de maneira alguma excluídos: seria muito ruim ao nosso interesse metafísico se – o exemplo do monismo e do dualismo mostra – no seio da metafísica não devesse ser mais questão a identidade e a diferença, também não mais questão a causa, a finalidade, a unidade, a duração e muitos outros objetos que, parcialmente ou inteiramente, tem uma natureza ideal. Mas, muitos deles são questões na física, por exemplo, e ninguém, ao menos, irá contá-los entre os objetos de pesquisa física. Não é, em todo caso, sem reservas muito precisas que se fala de uma limitação do

[41] "*Über philosophische Wissenschaft etc.*" p7.
[42] *"Über Gegenstände höherer Ordnung etc.",* p198s.

domínio da metafísica à realidade efetiva. Pressupondo esta reserva, eu creio verdadeiramente que esta limitação responde ao espírito no qual, outra vez como na época moderna, se praticou a metafísica e que ela corresponde ao mesmo tempo à prioridade do interesse, muitas vezes invocado, que testemunha esta disciplina pela realidade efetiva. Que a "ontologia", a "doutrina das categorias", etc., jamais deixaram de ser imputadas, mais ou menos unanimamente, à competência da metafísica – e que esta possa igualmente ter feito justiça a interesses que vão para além das fronteiras da realidade efetiva – testemunha somente da legitimidade e do caráter imperioso desses mesmos interesses, mas não deixa nenhum lugar, pelo que eu posso constatar, a uma dúvida quanto ao fato que a intenção fundamental de toda metafísica nunca cessou de visar à apreensão do "mundo" em sentido próprio, no sentido natural, isto é, o mundo da realidade efetiva, mesmo quando esta apreensão pareceria se desenvolver sobre aquilo que deveria ser apreendido não pudesse de maneira alguma pretender a qualificação de realidade efetiva. Mas, se esta concepção do caráter até então próprio à metafísica não convence a todos, e se revele historicamente errada, o erro não concerniria senão à definição da noção em termos "*de lege data*", e a definição "*de lege ferenda*"[43] permaneceria aberta à reflexão. Com esta pressuposição, o que acima foi avançado a propósito da definição da metafísica constituiria uma sugestão de definição: restringir o termo "metafísica" à ciência geral da realidade efetiva seria desejável tanto no interesse de um estabelecimento preciso das tarefas que pertencem a esta disciplina, quanto no interesse de uma delimitação clara desta em relação à teoria do objeto.

Há ainda, porém, um ponto a ser esclarecido em relação ao que foi dito. Se a metafísica é a ciência geral da realidade efetiva, seria nossa intenção lhe opor a teoria do objeto a título de ciência geral da não-realidade efetiva? Isto seria obviamente muito restritivo: por que razões os objetos efetivamente reais deveriam ser excluídos da teoria do objeto enquanto tal? Ou seria mais pertinente definir a teoria do objeto como teoria daquilo que é dotado de subsistência, sendo o termo "subsistência" tomado em uma acepção de algum modo oposta ao termo "existência"[44], e tendo o cuidado de pressupor que todo o existente é, certamente, igualmente dotado de uma subsistência, enquanto que tudo o que é dotado de subsistência (por exemplo, a diferença) não é necessariamente existente? Mesmo assim não se abarcaria o conjunto do domínio que, nós vimos, pertence à teoria do objeto: o que não é dotado de subsistência, o absurdo, seria excluído; o interesse natural considera esses seguramente senão em uma medida bem mais restrita e ele oferece à apreensão intelectual bem menos pontos de ancoragem[45], mas, no final das contas, ele faz parte também do "dado", de tal modo que a teoria do objeto não poderia de maneira alguma o ignorar.

Tais defeitos poderiam ser facilmente corrigidos em se estabelecendo que a teoria do objeto trata do dado sem levar em conta o seu ser, pois ela não se interessa senão pelo conhecimento de seu ser-tal. E, de qualquer maneira, o que poderia impedir de mantermos esta definição pertence já, por assim dizer, à teoria do objeto em um nível mais profundo. Pois, se a teoria do objeto quiser fazer de sua indiferença em relação ao ser um princípio essencial, ela deveria ao mesmo tempo renunciar a ser ciência, o que excluiria igualmente o conhecimento do ser-tal. Com efeito, como se sabe, o conhecimento não implica que o seu objeto seja, mas todo conhecimento exige que seu objetivo seja; e se a teoria do objeto trata de um ser-tal que não mais seria dotado de um ser, ela não poderia mais pretender – fazendo-se aqui abstração de situações excepcionais e passageiras – o título de teoria. Certamente, pode-se sempre formular assim este princípio fundamental: a teoria do objeto não negligencia senão o ser de suas objetidades, mas não o ser de (certos) objetivos. Mas, qual seria a razão desta

[43] Breuer, em Höfler, Op. cit., p189 (129).
[44] "Über Gegenstände höherer Ordnung etc.", p186.
[45] Cf. E. Mally em Nr. III, Op. cit, Kap. I, §5s.

desigualdade de tratamento? Além disso e, sem dúvida, antes de mais nada: que tal ou tal objeto seja por essência absurdo, que possa ser dotado de subsistência, seja de existência, tantas são as questões que interessam à teoria do objeto e que, no final das contas, são sempre questões quanto ao ser. Em suma, a restrição ao ser-tal não convém à natureza da teoria do objeto.

Pode, contudo, haver entretanto um meio relativamente simples de encontrar uma solução para este problema, um ponto de vista metodológico semelhante àquele que nós tentamos estabelecer, com um zelo mais excessivo do que indigente, quando nós definimos as diferentes ciências. Existem, como se sabe, conhecimentos cuja legitimidade se deve às propriedades, ao ser-tal de suas objetidades, por consequência de seus objetivos; outros, ao contrário, para os quais isso não é o caso[46]. Os primeiros são desde longo tempo denominados conhecimentos *a priori*, os outros, empíricos; e quanto acontece, talvez, ainda hoje, que se recuse esta distinção, isto não tem consequências para ela senão como para aquele que não importa a diferença das cores que o daltônico não percebe, senão que, do ponto de vista psicológico, o daltonismo é bem mais interessante. Com a ajuda dessa distinção, me parece, conseguiremos distinguir de maneira satisfatória e sem dificuldades as nossas duas disciplinas. Aquilo que, em relação a um objeto, pode ser conhecido a partir de sua própria natureza, portanto, *a priori*, pertence à teoria do objeto. Isso quer dizer que se trata do ser-tal do "dado", mas também do seu ser, na medida em que esse possa ser conhecido a partir do ser-tal. Ao contrário, o que não pode ser estabelecido, a propósito dos objetos, senão *a posteriori*, pertence, pressupondo-se uma suficiente generalidade, à metafísica: é o caráter *a posteriori* dos conhecimentos que cuida para que os limites da realidade efetiva não sejam transgredidos. Existem, portanto, simplesmente duas ciências que são as mais gerais, uma ciência *a priori* a que concerne tudo o que é dado, e uma ciência *a posteriori* que retém do dado para análise apenas o que precisamente pode entrar em linha de conta de um conhecimento empírico, isto é, o conjunto da realidade efetiva: esta última disciplina é a metafísica, a primeira é a teoria do objeto.

O que, nessa definição, não deixa de espantar em primeiro lugar, é que a metafísica ali aparece como uma disciplina empírica e, todavia, a ausência de empiria foi precisamente do que sempre acusaram a metafísica, seja ela antiga ou moderna, os partidários das ciências particulares. Eu não desejo proteger dessa acusação ninguém que a mereça, e eu espero ter ao menos contribuído como eu disse acima para fazer justiça às reivindicações legítimas da empiria em relação à metafísica, justamente pela definição que eu dei a ela. Uma ciência da realidade efetiva, pouco importa que ela seja mais especial ou mais geral, não dispõe, afinal, de nenhuma outra fonte cognitiva além da experiência. No final das contas, tendo em vista que nem tudo é necessariamente objeto de uma experiência direta, e se pode concluir do que faz um objeto de uma experiência o que não foi, e, no caso faltante, do que fez o objeto de uma experiência ao que não seria o ser. Mas, o que tem por base inevitável a empiria permanece sempre da ordem empírica e, absolutamente, diferente de tudo o que caracteriza, do ponto de vista da teoria do conhecimento, o domínio do *a priori*. Nesse sentido, não há portanto outro saber acerca do existente além do saber cuja base é a experiência: se a metafísica não dispõe de experiências que seriam indispensáveis às elaborações próprias à universalidade que a caracteriza, não há precisamente metafísica, pelo menos não metafísica rigorosa, que é a única que sempre esteve em questão aqui. E, a esse respeito, nós já indicamos explicitamente que, do ponto de vista das elaborações atuais, é perfeitamente possível que não se tenha nenhuma medida segundo a qual a aspiração a uma metafísica rigorosa chegou até o presente a se realizar. Não é senão um paradoxo aparente, que uma reflexão breve eliminaria, se eu devo afirmar que pouco nos importa a

[46] *Über Annahmen*, p. 193s.

parte de saber metafísico que poderia nos ser acessível, pois este saber não seria, no final das contas, outra coisa que um saber de ordem empírica.

Se nos é oposto o fato que o termo "metafísica" foi muito seguidamente empregado para designar os esforços, seja os resultados de ordem científica onde foram postos em obra instrumentos cognitivos indiscutivelmente e mesmo fora de dúvidas extra-empíricos, portanto, *a priori*, se esquece então que nós nos situamos no momento na perspectiva da "*definitio ferenda*", se nos permitem esta expressão. Naturalmente, eu não ignoro absolutamente que se está muito longe de sempre se ter rigorosamente distinguido estes dois domínios do conhecimento que se me impõe agora a estrita separação. Mas, se eu deve alcançá-la, o simples recurso ao argumento ontológico – argumento onde ao menos essas analogias que todo mundo, mesmo hoje, sem dúvida ainda não domina – testemunha aqui do fato que ele possa talvez não ser totalmente destituído de valor: é uma tentativa precisamente de resolver um problema de maneira estritamente *a priori*, portanto, de o tratar como um problema que concerniria simplesmente à teoria do objeto; este é o sentido do argumento e dos raciocínios do mesmo tipo.

Não é plausível pensar que esta distinção deve varrer do mundo todas as dificuldades de fronteira entre a metafísica e a teoria do objeto. Mas, seria também injusto exigir, justamente nesses casos, o que sem dúvida não se conseguiu em nenhum caso de ciências limítrofes. Mais importante é a objeção levantada do ponto de vista da teoria do objeto. Esta última é finalmente considerada como uma ciência geral, se bem que, mais acima, nós tivemos a ocasião de distinguir expressamente bem entre teoria geral do objeto e teoria especial. Aqui há uma imprecisão que, ao menos no imediato, isto é, no estado atual de nosso saber em matéria de teoria do objeto, não pode ser remediada por razões práticas. Certo é que diversas outras ciências especiais do objeto, que não se pode agora fixar o número, poderiam se somar às matemáticas, na medida em que elas são uma teoria especial do objeto. Mas, estes domínios nos são, ao menos no momento, tão imperfeitamente conhecidos que não existe por hora uma necessidade de se especializar em seu tratamento. Hoje, as teorias especiais do objeto se dividem, por conseguinte, em matemáticas e não-matemáticas: e no que concerne o segundo elemento desta repartição ainda muito grosseira, existe, no momento, tão pouco a dizer que ele se integra, sem maiores dificuldades, no quadro da teoria geral do objeto. De fato, não existe hoje nenhuma teoria especial do objeto que não seja matemática: mas, naturalmente, não se pode predizer quanto tempo esta situação irá durar. Uma evolução desta última não é antecipada pela definição proposta anteriormente. Do mesmo modo que há, face à ciência empírica geral, muitas disciplinas empíricas particulares, pode haver assim também várias disciplinas particulares *a priori* ao lado da ciência empírica geral. Esta eventualidade não tem no momento atualidade senão em matemática que, subsumida sob o ponto de vista da teoria do objeto, se encontra situada ao lado de disciplinas que certamente não são efetivas, mas restam ao menos virtuais, de tal maneira que ela não conhece assim em todo caso este estranho isolamento que nos pareceu acima ser o sinal de uma falha na concepção epistemológica desta disciplina que até então teve curso[47].

Para finalizar, é necessário que eu retome uma vez mais à integração efetuada anteriormente, sem recurso a uma definição, da teoria do objeto às disciplinas filosóficas. Eu procurei, em uma certa época, reunir como filosóficas as ciências que se interessam *exclusivamente* pelo domínio psíquico ou que *também* lidavam com o psíquico. Ora, muito recentemente, foi formulada a hipótese de que meus trabalhos sobre a teoria das relações e das complexões bem poderia ter-me conduzido a atribuir à filosofia, como lhe sendo essencial, um duplo objeto: "o domínio psíquico e as relações

[47] Cf. *Supra*, §9.

(além dos complexos)"[48]. Compreende-se imediatamente que tal modificação faria desabar completamente a coerência da primeira definição; e apenas quando se crê dever colocar no princípio de uma definição da filosofia em todo caso a idéia de que o objeto de sua investigação seja simplesmente constituído por aqueles que as ciências da natureza deixaram de algum modo fora[49] que se não deveria formalizar pelo fato de que estes restos poderiam aparecer como uma diversidade ainda muito disparatada. Porém, desse modo não se atribuiria à filosofia uma posição particularmente digna: e mesmo quando não fosse totalmente desprovido de legitimidade prática introduzir uma atividade científica que, no essencial, tivesse por objetivo englobar este resto, é difícil imaginar que isto mudaria alguma coisa, pois, do ponto de vista teórico, este resto tomado em seu conjunto estaria longe de constituir, enquanto tal, o material de uma ciência. Por outro lado, é justo dizer, ao menos, que os complexos e as relações, na medida em que eles são ideais – hoje, eu falaria antes de complexos ideais e de relativos ideais (*Idealrelate*)[50] -, pois eles não são concretos, nem são ordem física e nem de ordem psíquica. Ora, para integrá-las ao campo de investigações que se podem denominar filosóficas, em outros termos, para estar autorizado a considerar a teoria do objeto como uma disciplina filosófica, não é necessário adicionar uma nova definição do "filosófico", menos ainda do ponto de vista da primeira das duas ciência universais que do ponto de vista da segunda. Se eu estou justificado em contar a metafísica entre as disciplinas filosóficas, porque ela concebe as suas tarefas de maneira tão ampla para englobar, além do domínio físico, o domínio psíquico, nada mais então pode impedir que eu considere, pelas mesmas razões, a teoria do objeto como uma disciplina filosófica. O dado, cuja totalidade ela trata, engloba também o domínio psíquico, sem prejudicar o fato de que os objetos físicos e os objetos ideais devam ser também necessariamente aí incluídos – sem falar desse outro fato que, quando se trabalha sobre o ideal, que por natureza é sempre *superius*, são ainda os objetos psíquicos que podem muito bem entrar em consideração a título de indispensáveis *inferiora*.

Mas, naturalmente, eu não posso impedir o prolongamento ainda desse paralelismo estabelecido entre metafísica e teoria do objeto até um outro problema importante que, no fundo, é mais da ordem prática do que teórica. Do fato de que a metafísica não tenha a ver apenas com o psíquico, seguramente, mas também com o domínio físico, eu então tirei a consequência de que estavam justificados e chamados a tratar as questões metafísicas não somente os pesquisadores versados nas disciplinas com algum traço psíquico, mas também os pesquisadores do domínio físico. De fato, me parece agora que não se pode impedir a admissão da mesma coisa no concernente à teoria do objeto. Em relação à técnica de investigação, em metafísica como em teoria do objeto, aquele que é treinado no tratamento científico das experiências psicológicas se beneficiará certamente de uma vantagem: especialmente no caso da teoria do objeto, não se deve mal-interpretar o fato de que, quando se pratica esta teoria, penetra-se no terreno do psicológico com um tipo de facilidade que pode ser fatal. Mas, estas não são senão considerações de ordem técnica: não se deve mascarar completamente a que ponto é igualmente fácil, em certas circunstâncias particulares, alcançar a mais de uma compreensão graças à introdução de uma técnica específica importada de uma outra disciplina. Na medida em que é legítimo considerar as matemáticas como uma ciência especial do objeto, seria ingrato esquecer a que resultados brilhantes a investigação ditada pela teoria do objeto já conduziu, sem ser o meio do mundo sensível a outros interesses filosóficos.

---

[48] Isto é o que sugere A. Höfler em seu estudo *Zur gegenwärtigen Naturphilosophie*, *Op. Cit.*, p. 124 (p. 64), rem.

[49] Cf. J. Breuer, em A. Höfler, *Op. Cit.*, p. 190 (p. 130).

[50] Sobre as razões dessa mudança de terminologia que havia utilizado até agora, cf. A terceira das investigações publicadas no volume *Über Gegenstandstheorie und Psychologie*, *Op. Cit.*, cap. I, § 9 e 11.

§12- Conclusão

Se as considerações precedentes expuseram, ao menos em traços largos, a natureza e a legitimidade própria – assim como a situação que ela ocupa no conjunto das ciências – de uma disciplina particular, a "teoria do objeto", chegou o momento de dizer alguma coisa mais precisa sobre as tarefas e o método desta nova ciência. Porém, de uma parte, o essencial a este respeito já foi exposto por si mesmo no curso das reflexões precedentes: se se sabe de que trata uma ciência, as suas tarefas são também assim determinadas de maneira genérica, sobretudo se o caráter *a priori* da disciplina em questão é posto de início; o que, ao mesmo tempo, constitui também o essencial no que toca ao seu método. De outra parte, e antes de tudo, sabe-se muito bem que fazer projetos parece ser "muitas vezes uma atividade intelectual presunçosa e impertinente", e prescrever aos outros os caminhos que se evita de trilhar por si mesmo, é sem dúvida mais impertinente ainda. Por isso, sem dúvida eu faria melhor se me abstivesse deste ensaio sobre uma ciência que está por vir, se eu não estivesse justificado em me deter apenas na relação que eu precedentemente mantive com elas, excluída, talvez, a esperança que eu me contentaria com projetos em lugar de colocar eu mesmo a mão na massa. Para ser um Prometeu requer-se mais do que para ser um Epimeteu, a ponto que não se tomará, certamente, por um elogio pessoal o fato de salientar que, durante anos, ou durante decênios, meu trabalho científico obedeceu a influência de interesses que concerniam à teoria do objeto sem que eu tivesse senão uma intuição de sua verdadeira natureza. Ora, pelo fato de que a natureza desses interesses se impos a mim absolutamente por si mesmo e sobre o plano prático, pois, eu poderia dizer quando[51], sobre o plano teórico igualmente, eu vejo um novo argumento, que não é certamente impositivo formalmente, bem que seu peso não implique que se o menospreze, em favor da legitimidade das exigências formuladas precedentemente em nome da teoria do objeto. Ora, mesmos estas exigências são aos meus olhos mais restrospectivas do que prospectivas; e se eu tivesse tido a ocasião, além disso, de me convencer, pelo meu exemplo e pelo de outros, a que ponto fecundo se revela a maneira de ver própria à teoria do objeto na posição e na resolução de problemas antigos como de problemas novos de número infinito, eu estaria agora justificado em não considerar muito precoce a tentativa de auxiliar esta maneira de ver, em expondo a especificidade, a ser explicitamente reconhecida.

Seja como for, a presença das reflexões precedentes no quadro da presente coletânea de estudos responde a um motivo mais especial. No círculo que, pela primeira vez, viu verdadeiramente nascer uma inteligência do sentido da teoria do objeto, a investigação desvelada por esta última não poderia deixar de receber uma atenção particularmente favorável. Foi isto que permitiu que se coloque dois dos estudos consagrados à teoria do objeto no início desta coletânea que, além desses textos, farão sem dúvida, aqui e ali, no curso desses outros artigos, alguns testemunhos do fato que o saber e a capacidade da teoria do objeto pode certamente se revelar igualmente frutífera para a investigação em psicologia. Parece, a este respeito, que foi sugerido, pelo título mesmo da coletânea, de se consagrar explicitamente à teoria do objeto e de fazer preceder os dois estudos citados acima por um tipo de análise ao nível dos princípios disso que se entende por esta designação. Desse modo, o que foi dito antes a propósito de uma nova disciplina científica, não se apresenta, mesmo dentro do quadro desta publicação, como um agradável sonho do futuro, seja como uma utopia, mas como um objetivo que se tem em vista da maneira mais clara possível e nós já começamos a mobilizar nossas melhores capacidades afim de o realizar.

Por conseguinte, se as presentes considerações devem exercer o papel de prólogo especialmente destinado a introduzir a parte desse volume consagrada à teoria do objeto,

[51] Em todo caso muito antes de 1903, quando pela primeira vez eu tive a oportunidade de indicar a teoria do objeto nomeando-a assim explicitamente; cf. "Bemerkungen über den Farbenkörper etc.", *op. cit.*, p. 3 ss.

aqui é o lugar conveniente para algumas observações sobre os dois artigos seguintes. Não é apenas o encarregado da edição científica destes trabalhos que toma a palavra, mas sem dúvida antes o professor que, no curso de um período em que a maior parte não está tão longe assim, teve a felicidade de iniciar os autores destes artigos nas disciplinas filosóficas e que se sente assim justificado e mais, dadas as presentes circunstâncias que são particulares, toma como dever dissipar de cara certos mal-entendidos aparentes a propósito das intenções próprias dos trabalhos em questão.

Diante do precedente, eu me exporia à suspeita de ingratidão em relação a trabalhos pioneiros que, de tão diversas partes, permitiram colocar em pé a teoria do objeto, se eu declarasse de qualquer maneira que a teoria do objeto é uma ciência jovem, muito jovem. Aquele que a assume encontra uma profusão de problemas por tratar bem como uma variedade de possibilidades abertas de os resolver: mas, depois de mais reflexão, ele não pode esperar encontrar sempre o que é justo; ele deve, ao contrário, perceber que muitas coisas que ele acreditou ter estabelecido serão sacrificadas de novo pelo saber mais avançado e pela técnica de investigação mais desenvolvida do futuro. Comumente, no início, uma parte dos resultados cabe à personalidade do pesquisador de maneira mais decisiva do que nas épocas em que as tradições são mais fortes e os caminhos da pesquisa mais planos. Por isso, os estudos que se seguem não devem jamais ser compreendidos como se seus autores acreditassem poder apresentar de modo unânime resultados definitivos. Não se trata senão de resultados transitórios, porém, não concebidos as pressas, o editor o pode testemunhar, mas antes numa perspectiva de serem melhorados – portanto, sob a idéia que o que eles abrem aqui é menos destinado a ser recebido passivamente pelo leitor do que criticado e reelaborado mais adiante.

Sob esta pressuposição, não se deve tomar como um problema de fundamento o fato de que, nos seus conceitos e na sua terminologia, as considerações dos dois artigos não estejam sempre de acordo um com o outro, nem com as concepções que eu mesmo tentei elaborar, embora isto novamente indique o estado ainda primitivo da teoria dos objetos, uma vez que os autores se sentiram mais de uma vez constrangidos a abordar questões de princípio e, portanto, talvez também, as mesmas questões de princípio. Pode-se facilmente ser tentado a nos censurar de não ter tomado cuidado, nas conversas, de aplainar as divergências afim de apresentar ao público, somente depois do acordo alcançado, munidos de um sistema solidamente articulado de conceitos conjuntamente coerentes. A exigência de preferir que se regule as controvérsias em privado antes que na cena da comunicação científica é certamente legítima e eu posso testemunhar que, nos departamentos de filosofia, em Graz, as discussões não faltaram. Mas, naturalmente, elas respeitaram o princípio da mais larga liberdade de convicção; e, se nós tivéssemos a intenção de não deixar se exprimir além de certos limites a voz das concepções individuais, nós teríamos aberto o caminho para sugestivos influxos, os quais poderiam revelar-se os mais prejudiciais, quando a pesquisa se sabe em seus começos. Se nós tivéssemos, no que se segue, oferecido um estado polido e unânime da pesquisa, nós não o poderíamos fazer senão aceitando renunciar aos estímulos que sem dúvida puderam se revelar os mais frutíferos para o desenvolvimento ulterior da teoria do objeto.

Por uma parte ao menos, são considerações como essas que estão na origem de um outro defeito das duas contribuições seguintes e cujos autores estão bem conscientes. A literatura escrita a propósito de um objeto pode, de um lado, estimular aquele que o investiga, mas, de outro lado, pelas sugestões que ela fornece, ela pode matar de saída os germes suscetíveis de se desenvolver. Isto é o que justifica, ao menos por uma parte, eu espero, esta máxima fundamental a qual eu obedeço e que eu ensino há muito tempo como princípio primeiro da investigação: antes observar e refletir, depois ler. Mas, esta máxima corre o risco, eu não posso deixar de reconhecer, que a exploração da literatura seja talvez muito restrita, sobretudo quando o acabamento de um trabalho é fixado em uma data precisa ou que a consulta desta literatura seja dificultada por tais e tais

circunstâncias. Estes dois fatores interviram juntos nas investigações que se vai ler sobre a teoria do objeto. Na medida em que o motivo exterior da presente publicação fixou a aparição da obra antes do fim de 1904, eu obriguei os autores a terminar suas contribuições em um momento em que eles estavam perfeitamente conscientes do profundo estado de inacabamento de seus trabalhos. De outra parte, a literatura concernente à teoria do objeto, como se pode deduzir das referências que se fez incidentalmente acima[52], é tudo menos facilmente acessível, pois não somente ela está dispersa sobre todos os horizontes científicos, mas, além disso, não se pode, por um lado, a descobrir ou a possuir senão nos estudos muito especializados de ciências vizinhas. Por isso se buscará em vão nos dois artigos em questão uma exploração minimamente equitativa da literatura matemática concernida a despeito do papel provavelmente decisivo que ela joga na fundação da teoria do objeto. Nenhum de nós pensa que se poderia permanecer assim: por minha parte, eu espero, não obstante estas circunstâncias particulares, que se encontre sempre confirmada a máxima evocada que fixa a prioridade da reflexão sobre a leitura.

Se eu não me engano, o leitor não ficará chocado com a quantidade de conceitos e termos novos, dos quais muitos poderão lhe parecer supérfluos e pesados, pois, se eles realmente o forem, eles certamente não terminarão por se impor a longo prazo; também não ficará chocado por nós termos decidido designar este ou aquele conceito diferentemente do que eu talvez havia proposto antes em trabalhos anteriores. Um bom termo vale tanto quanto a metade de uma descoberta: e mais vale substituir um termo menos bom por um que se percebeu como melhor do que, por puro conservadorismo, continuar a retirar penosamente as conseqüências nocivas do antigo.

Eu resumo: no que precede tentou-se mostrar a legitimidade específica da teoria do objeto como uma ciência independente. Os dois artigos que se seguem[*] – bem como também implicitamente nas outras investigações recolhidas nesse livro – espera-se oferecer contribuições para esta ciência. A esse respeito, exigir qualquer coisa de definitivo e de irrefutável, seria demasiado, tal como as coisas estão hoje: é suficiente, por pouco que se alcance, apresentar à reflexão e à crítica daqueles que a querem perseguir certas concepções que permitam fazer aparecer como digna de confiança a via empreendida, e estimular aquele que se decida assumí-la. Possa nossa contribuição se revelar própria a ganhar reconhecimento e simpatia para a causa desta nova ciência que é a teoria do objeto.

[52] Cf. § 10 acima.

[*] [Os dois artigos a que Meinong se refere são: "Beiträge zur Grundlegung der Gegenstandstheorie", de R. Ameseder, e "Untersuchungen zur Gegenstandstheorie des Messens".]

AUTO-APRESENTAÇÃO (1920)

(Tradução de Celso R. Braida. Original: A. Meinong, *Über Gegenstandstheorie; Selbstdarstellung;* Mit. Einl., Bibliogr. u. Reg. hrsg. von Josef M. Werle; Hamburg, Meiner, 1988. *pp67-76.)*

(...)

Parte II

A. Para o conceito de Filosofia

(...)

B. Para a teoria do objeto

I. Em primeiro lugar vou considerar agora esta disciplina filosófica, em certo sentido nova[53], que não encontrou ainda seu lugar no seio da tradição, e à qual eu consagrei exposições[54] que se queriam fundadoras. Para definir de maneira rigorosa o que é *objeto* (*Gegenstand*), falta tanto um gênero como uma diferença; pois, tudo é objeto. Contra isso a etimologia de "estar defronte de" (*Gegenstehens*) fornece ao menos uma característica indireta pela indicação das vivências de apreensão (*erfassenden Erlebnisse*) do objeto que não seriam consideradas como apenas estando por ele, mas de algum modo como constitutivas. Toda vivência interior, ao menos todas aquelas suficientemente elementares, tem um tal objeto e, na medida em que a vivência chega à *expressão* (*Ausdruck*) e logo nas palavras e frases da linguagem, a esta expressão corresponde normalmente um *significado* (*Bedeutung*) e este significado sempre é um objeto[55]. Por conseguinte, também todo saber (*Wissen*) naturalmente tem a ver com os objetos.

Porém, vários e importantes grupos de objetos não encontraram nenhum domicílio nas ciências tradicionais[56]: além disso, estas ciências se ocupam quase que exclusivamente do conhecimento da realidade efetiva (*Wirklichen*); embora também os existente inefetivos (*seiendes Unwirkliches*), sobretudo os não-existentes (*Nichtseiendes*), possíveis, e mesmo os impossíveis, possam constituir um objeto de conhecimento, aquele que é ainda teoricamente leigo não se interessará por eles a não ser quando eles prometam fornecer um meio de conhecer a realidade efetiva. Em contraposição a esta preferência pelo efetivo que em princípio até o presente não foi abolida em nenhuma ciência, porém, se coloca a inegável necessidade de uma ciência que tratasse os seus objetos sem esta delimitação ao caso particular de sua existência, de

[53] Para esta novidade indica-se (contra a economia da presente exposição) as introduções de de E. Mally que foram especialmente concebidas para uma primeira orientação: "Über Wesen und Aufgabe der modernen Gegenstandstheorie", em *Die Geisteswissenschften*, ano I, 1914, p. 616ss. Uma complementação oferece o mesmo autor na conferência "Über den Begriff des Gegenstandes in Meinongs Gegenstadstheorie", Jahrbuch der philosophischen Gesellschaft an der Universität zu Wien, Leipzig, 1913. Literatura adicional encontra-se na introdução de M. Losaccos, "La teoria degli obbietti e il razionalismo", no seu livro "Razionalismo e misticismo", Milão, 1911, p. 67.

[54] "Über Gegenstandstheorie", GA, II; "Über die Stellung der Gegenstandstheorie im System der Wissenschaften", in Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik, n.129, 1906.

[55] *Über Annahmen,* 2ed., §4.

[56] "Über die Stellung der Gegenstandstheorie im System der Wissenschaften", seção I.

sorte que eles poderiam, nesse sentido, ser caracterizados como *livres de existência* (*daseinsfreie*)[57]. Esta ciência dos objetos enquanto tais, ou dos objetos puros, eu a denominei *teoria do objeto* (*Gegenstandstheorie*).

Muito dessa ciência já foi tratado sob título "Lógica" (particularmente "Lógica pura"); e que a logística moderna se mova inteiramente nos domínios próprios à teoria do objeto é encoberto apenas por sua intenção de se restringir às operações de cálculo, a qual primeiramente favorece a maior exteriorização possível no sentido de uma lógica extensional, enquanto seja precisamente uma maior interiorização o que a teoria do objeto ambicione e também permite. Desde a antiguidade, as coisas concernentes à teoria do objeto são tratadas sob o nome de Metafísica e, mais particularmente, sob a Ontologia entendida como uma parte da Metafísica, e especialmente este aspecto característico da liberdade da existência desse modo nem sempre foi desconhecido. Mas, a idéia da doutrina da liberdade da existência como meta própria, no meu conhecimento, permaneceu não-formulada. A partir dessa concepção, a teoria do objeto engloba tudo o que pode ser posto como objeto sem considerar a sua existência (por exemplo, é o que vale para a diversidade de todas as cores que preenchem o "espectro das cores"[58] em oposição ao dado psicológico limitado de "corpo colorido"[59]), logo, tudo o que é objeto de conhecimento *a priori*[60], de modo que nessa aprioricidade se pode ver uma característica definidora do modo de conhecimento próprio à teoria do objeto.

A teoria do objeto trata do racional (*das Rationale*)[61], por conseguinte, de tudo menos uma terra redescoberta; mas, ao contrário, segundo um dos seus mais importantes domínios, o das matemáticas, justamente desde sempre admiradas como modelo de exatidão científica. Novo, porém, talvez seja algo no entendimento (*Einsicht*) da singularidade desse território e da natureza de seus limites, caso antes não seja melhor falar de sua carência de limites; – nesse sentido, um tipo de peça adjacente à *Metafísica*, a qual se esforça por abraçar a totalidade da realidade efetiva[62], enquanto a teoria do objeto, precisamente por sua liberação da existência, por princípio integra a sua esfera também tudo o que não é efetivo. Naturalmente, esta liberação em relação à existência não significa que os objetos enquanto tais não possam em alguns casos ser dotados de existência no sentido mais próprio. Um dos feitos principais do estabelecimento deste novo postulado científico está em que a especificidade do modo de abordagem e de conhecimento da teoria do objeto é validado com uma evidência inquestionável a ponto de ele poder ser aplicado ao existente.

[57] Idem, seção II e seguinte.
[58] Bemerkungen über dern Farberkörper und das Mischungsgesetz", §5.
[59] Idem, §2.
[60] "Über die Stellung der Gegenstandstheorie im System der Wissenschaften", partes II e IV.
[61] Idem, §25; Cf. infra F, II.
[62] "Über Gegenstandstheorie", GA, II, p. 517ss; cf. infra F, II.

Do mesmo modo que o conceito de objeto em geral é determinado, ao menos *cum grano salis*, a partir da apreensão (*Erfassen*), as classes principais de objetos podem igualmente ser caracterizadas a partir das classes principais de vivências apreensivas (*erfassenden Erlebnisse*); e apreensivas, como aludido[63], são todas vivências elementares. Às quatro classes principais destas últimas – representação, pensamento, sentimento e desejo – correspondem[64], por conseguinte, as classes de objetos (*Gegenstand*) – objetidades (*Objekte*), objetivos (*Objektive*), dignativos (*Dignitative*) e desiderativos (*Desiderative*) – cuja especificidade não será entretanto constituída unicamente pela especificidade das vivências apreensivas. Por isso, nada impede de considerar que as vivências interiores mesmas fazem parte da incomensurável diversidade particular das objetidades (*Objekte*), embora estas vivências não possam ser representadas e, além disso, sejam acessíveis à nossa apreensão apenas por auto-apresentação (*Selbstpräsentation*)[65] ou com a ajuda de vivências da imaginação (*Phantasieerlebnissen*).

II. Destas quatro classes de objetos, a primeira citada, aquela das *objetidades*[66] (*Objekte*), em razão de sua diversidade, facilidade de acesso e, logo, de conhecimento, permite estabelecer certas oposições características que depois podem igualmente ser aplicadas, por analogia, aos outros domínios de objetos. Há, antes de tudo, objetos (*Gegenstände*) que são de algum modo construídos sobre outros objetos e que, então, devem ser chamados objetos de *ordem superior*, em oposição aos objetos de ordem inferior que constituem a sua base[67]. Desse modo, a Diferença é um *superiora* em relação aos diferentes que pertencem aos *inferiora*, do mesmo modo a melodia em relação às notas singulares de que ela é composta. No primeiro exemplo, se trata de um relativo (*Relat*) (diz-se, as mais das vezes, uma "relação", que inclui um objetivo (*Objektiv*), no segundo, de um *complexo* (diz-se, seguidamente também, por analogia com o termo "relação", "complexo"[68]). Os *superiora* podem sem limite formar os *inferiora* de outros *superiora* de níveis mais altos: as *séries hierárquicas* assim formadas permanecem sempre abertas para cima. Ao contrário, na direção inversa elas sempre devem conduzir aos *infima*. Um relativo que fosse elaborado exclusivamente a partir de outros relativos e, do mesmo modo, uma pluralidade que se compusesse apenas de pluralidades, formariam necessariamente uma série infinita defeituosa (Princípio dos *infima* obrigatórios). A infinita divisibilidade de uma reta não é um objeção a isto, pois uma reta não é uma pluralidade. Não pode haver, portanto, relações sem membros não-relativos, que nesse sentido seriam absolutos: um relativismo, por assim dizer absoluto, é excluído.

Além disso, as objetidades são tais que sua natureza ou lhes permite de qualquer maneira existir e ser percebidos ou lhes impede isso de modo que, no caso em que o ser lhes seja atribuído, este ser não é a *existência*, mas somente a *subsistência* em um sentido que resta por explicar[69]. Não há porque duvidar do ser da Diferença entre vermelho e verde, mas esta Diferença não é dotada de existência, mas, ao contrário, ela simplesmente subsiste. Igualmente o número dos livros de uma biblioteca não existe ao lado desses livros; muito menos possivelmente existe o número de diagonais de um polígono: e com muita certeza se reconhece a subsistência de cada um desses números. Eu pensei dever designar os relativos e complexos deste tipo pelos termos de relativos

[63] Cf. também infra C II, D II-V.

[64] "Über emotionale Präsentation", §11.

[65] Infra C II.

[66] Que, desse modo, a palavra "Objeto"(Objekt) tenha um sentido mais estrito que a palavra "objeto" (Gegenstand), é um inconveniente terminológico que eu apenas consegui resolver senão por meios muito artificiais.

[67] "Über Gegenstände höherer Ordnung und deren Verhältniss zur inneren Wahrnehmung", GA II, p. 385ss.

[68] "Zur Psychologie der Kimplexionen und Relationen", GA I, p. 279ss.

[69] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, p. 61ss; cf. também infra B III.

ideais e complexos ideais[70], por oposição aos relativos *reais* e aos complexos reais tais quais se percebe entre cor e lugar, e que se revelam ser reais precisamente pelo fato de serem percebidos[71]. Agora, o que é acessível à percepção (*Wahrnehmung*) também se revela ao mesmo tempo dependente da percepção: é unicamente por meio da percepção que se pode, ao final das contas, saber que uma coisa de tal cor se encontra precisamente em tal lugar, que a superfície colorida tem tal e tal forma, que ela é pequena ou grande, etc.. Pelo contrário, não se pode ver a Diferença de vermelho e verde da mesma maneira que se vê estas cores, não se tem nem a necessidade da percepção, pois, se pode deduzir da natureza do vermelho e do verde que eles são diferentes[72]. De fato, o *superiora* resulta dos *inferiora* sob o modo de intuição *a priori*; o relativo ideal concernente, por conseguinte, também o complexo ideal, são *fundados* (*fundiert*) pelos seus *inferiora*[73].

Enfim, as objetidades são ou completamente ou incompletamente determinadas; em suma, elas são ou *completas* ou incompletas[74]. Toda coisa da realidade efetiva de tal maneira constituída que, em relação a qualquer determinação, ou ela lhe convém ou ela não lhe convém (conforme o Princípio do terceiro excluído), enquanto que todo objeto conceitual (*Begriffsgegenstand*), "o" triângulo, por exemplo, nem tem nem não tem em si infinitas determinações (como a equilateridade, a presença de um ângulo reto; portanto, não estando assim submetido ao Princípio do terceiro excluído)[75]. Os objetos desse tipo, os objetos incompletos, são, no caso de eles não conterem nenhuma contradição interna, indeterminados[76], mesmo no que concerne ao seu ser, enquanto estiver em questão o ser no sentido corrente do termo. Ao contrário, são dotados de existência ou de subsistência as objetidades eventualmente completas que têm por determinação este tipo de objetidades incompletas, objetidades estas que são, por conseguinte, "implicados" (*implektiert*). Em relação a estes "implicantes" (*Implektenten*) os objetos incompletos possuem, no melhor dos casos, um ser *implexivo* ou um ser-tal implexivo[77]. A relação destes objetos incompletos com as idéias platônicas bem como com os universais é reconhecível.

III. Os objetivos[78] - cuja especificidade se deve mais diretamente ao fato de que não somente eles são, no melhor do casos, do ser, mas que eles são a cada vez o ser (em um sentido mais largo; cf. R. Ameseder[79]) - ser revelam, diferentemente de todos os outros objetos sem exceção, determinados ou determináveis segundo o pertencimento a um dos dois membros da oposição, singular e irredutível, entre *posição* e *negação*. O que se denomina talvez "objetidades negativas"[80] - por exemplo, não-fumante, indiferente, não direito, etc. - não oferecem nenhuma objeção a esta oposição e designa, ao contrário, a característica das objetidades por um membro desta oposição mesma. Posição e negação (não confundir com afirmação e negação)[81] são precisamente sempre o fato do objetivo, mas tem sua própria parte no *positum* como no *negatum* que, em regra geral, são uma objetidade. Deve-se igualmente evitar de tomar o não-ser, em razão de uma proximidade terminológica, pelo *negatum* do *positum* "ser" que não teria ser senão sob título excepcional. Em regra geral, o não-ser é tanto um *positum* como o ser, ou, mais precisamente (se se quer fazer justiça, no termo *positum*, ao que conota

[70] "Über Gegenstände höherer Ordnung und deren Verhältniss zur inneren Wahrnehmung", GA II, p. 394ss.
[71] Hume-Studien, GA II, S. 137ss.
[72] "Über die Erfahrungsgrundlagen unseres Wissens", p. 5ss.
[73] *Über Annahmen,* 2ed., p.15; "Über Gegenstände höherer Ordnung und deren Verhältniss zur inneren Wahrnehmung", GA II, p. 396ss; "Über emotionale Präsentation", p. 71ss; cf. infra D II.
[74] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, § 25.
[75] Idem, p. 217s.
[76] Idem, p. 170s.
[77] Idem, p. 211ss.
[78] Sobre a escolha desse termo cf. *Über Annahmen,* 2ed., § 14.
[79] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, p. 27.
[80] *Über Annahmen,* 2ed., § 2.
[81] Infra D III.

inevitavelmente uma posição expressamente realizada): "não-ser" é normalmente tão positivo quanto o "ser", isto é, a réplica do ser, situada face a ele, por assim dizer sob pé de igualdade.

Se se aplica ao objetivo as análises que se verificam no caso do objeto, se reconhecerá em todos os objetivos um objeto ideal de ordem superior[82] para o qual pode haver também, como para todas as objetidades, um menor ou maior grau de determinação. Como para as objetidades, existe também para os objetivos séries hierarquizadas[83] e, ainda mais, estas séries são abertas para cima, enquanto que, obedecendo a lei dos *infima* obrigatórios, elas exigem sempre, para baixo, uma objetidade que as fecha.

A diversidade qualitativa dos objetivos – tão notavelmente menor comparada a das objetidades – permite uma visão panorâmica em procedendo-se em uma certa medida uma classificação. O *ser*, no sentido mais largo, que se encontra em todo objetivo se manifesta seja como *ser* em um sentido mais restrito (o paradigma é: "A é") ou como *ser-tal* ("A é B") ou como *ser-com* (*Mitsein*)("se A, então B")[84]. A tradição em lógica que, em razão de sua ignorância do objetivo, fala mais voluntariamente de "juízo" quando se trata do "objetivo"[85] – e diz, insistindo, "conceito" em vez de "objeto conceitual"[86], mas particularmente de "objetidade" – distingue por conseguinte o juízo ontológico (e particularmente o enunciado existencial), o juízo categórico e o juízo hipotético. Parece ser problemático que uma classe específica de objetivos corresponda ao juízo disjuntivo: é-se tentado a crer que o que é aí específico não seja o fato de uma nova estrutura de objetivo, mas certas determinações particulares do complexo de objetivos presentes em cada caso e que aparecem também com os objetivos do tipo ser-tal como com os do tipo de ser-com, e também com os do tipo ser. As duas classes de objetivos acompanhadas de *inferiora* obrigatoriamente repartidos em dois grupos, ser-tal e ser-com, apresentam estes últimos conjuntamente segundo relações características: articulação predicativa do lado do ser-tal, *implicação*[87] do lado do ser-com. Não há implicação senão entre objetivos, enquanto que a articulação predicativa é por sua vez uma propriedade das objetidades.

O ser, no sentido restrito do termo, pode ser, como já vimos, *existência* e também *subsistência*[88]: o sol existe; a igualdade como todo outro objeto ideal não pode ser dotada de existência mas somente de subsistência; a existência mesma (como todo outro objetivo) não existe e apenas pode ser dotada de subsistência. O que existe é igualmente dotado de subsistência, o que não é dotado de subsistência não existe também. A diferença entre estes dois modo de ser, que se revela de uma maneira tão indireta, mostra-se igualmente por meio de uma comparação direta; e não se pode mais, no caso, atacar o fundamento de legitimidade de um recurso aos dados últimos senão no caso da verdadeira empiria. Mas, mesmo aquilo que não é dotado de existência nem de subsistência ainda sempre adere, como qualquer coisa que seria dada previamente à apreensão, um resto de posição, o *fora do ser* (*das Ausserseins*), que, sem dúvida, fazendo-se abstração de complexidades particulares[89], parece então não faltar a nenhum objeto.

O ser-tal é ou bem quididade (*Wassein*) ("o cavalo é um mamífero") ou modalidade (*Wiesein*) ("a neve é branca"); as fórmulas tais quais "o pássaro tem asas" e

[82] "Über emotionale Präsentation", p. 105ss.
[83] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, p. 390.
[84] "Zum Erweise des allgemeinen Kausalgesetzes", p. 46.
[85] "Über die Stellung der Gegenstandstheorie im System der Wissenschaften", III, p. 22ss (Edição separada, p. 124ss).
[86] "Zum Erweise des allgemeinen Kausalgesetzes", p. 43s.
[87] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, p. 61ss; cf. supra B II.
[88] "Über emotionale Präsentation", p. 22ss.
[89] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, p. 127.

"a lebre corre" são, certamente, casos particulares de modalidade. Seria preferível, quando se trata de tais objetivos bipartidos, manter junto o segundo termo do material, o predicado, e o nexo próprio do objetivo fazendo-se abstração do sujeito, e formar, na fórmula "A é B", por exemplo, o conceito de "ser-B". Semelhante "predicativo"[90] pode agora de novo ser enunciado a propósito de um sujeito, mas do ponto de vista do "haver". O ser-com parece se cindir em dois tipos: o caso em que os objetivos *inferiora* entram em relação de "se... então', e aqueles em que eles entram em uma relação de "porque... então". No momento, não se examinou ainda a maneira que os diversos modo de ser enumerados são afetados pela oposição evocada mais acima entre ser implexivo e ser sem-implicação.

A especificidade do ser no sentido mais geral, isto é, de objetivo, não se manifesta sem dúvida jamais tão radicalmente que em suas determinações que sempre são qualificadas de *"modais"*[91]. Do objetivo somente se pode predicar, no melhor dos casos, a *fatualidade* (dos outros objetos, isto não é possível senão, contudo, por intermédio de e de algum modo através de um objetivo). Esta fatualidade constitui uma extremidade de um segmento de dados quantitativamente variáveis, de *possibilidades*, em cuja outra extremidade se encontra a possibilidade nula ou a não-fatualidade[92]. Toda possibilidade maior (incluindo a fatualidade) constitui o *potius* de toda possibilidade menor (a exceção da possibilidade nula), o "*deterius*"[93]. Toda possibilidade coincide necessariamente com a possibilidade do contrário que a completa na unidade, no caso em que em que ela não tem sob ela um *potius*, isto é, no caso em que ela é uma "possibilidade cardinal"[94]. A *necessidade* é ela também uma determinação modal para vários objetivos; no momento parece que sua natureza não pode ser descrita senão com a ajuda da apreensão[95]. Ela não é algo como um aumento da fatualidade, ela não aparece, ao contrário senão com os objetivos simplesmente possíveis[96].

IV. Objetidade e objetivos não são as únicas classes fundamentais de objetos; constatou-se[97] que existem ainda duas outras classes deste tipo que eu denominei como os elementos "*dignativos*" e "*desiderativos*". Eles são mais próximos dos objetivos do que das objetidades, na medida em que eles também são por sua natureza objetos de ordem superior, fundados sobre objetidades e, caso estes inexistam, sobre objetivos, comandados pela lei dos *infima* obrigatórios. Além disso, cada uma dessas classes é determinada por uma oposição que lhe é própria cuja analogia com a oposição entre posição e negação salta aos olhos imediatamente e que, igualmente, não seria remetida a uma oposição entre *positum* e *negatum*. Aos dignativos pertence a antiga tríade: o *verdadeiro* (na medida em que aí não se trata exclusivamente do que concerne à apreensão)[98], o *belo* e o *bom* – e sem dúvida também o "agradável". O *Dever* e o *Fim* são considerados como desiderativos.

C. Para a teoria da apreensão e a teoria do conhecimento.

I. Não é essencial para os objetos que eles sejam apreendidos, mas somente que eles possam ser. Nesse sentido, a teoria da apreensão é um complemento da teoria do objeto. Naturalmente, a *apreensão* (*Erfassen*) é algo último, indefinível. Aquilo a ser

[90] *Über Annahmen,* 2ed., § 13.
[91] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, § 16.
[92] "Zum Erweise des allgemeinen Kausalgesetzes", p. 56s.
[93] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, p. 99.
[94] Idem, p. 224ss; cf. infra C IV.
[95] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, p. 122; "Zum Erweise des allgemeinen Kausalgesetzes", p. 80.
[96] "Über emotionale Präsentation", § 11.
[97] Sobre isso, infra C III.
[98] Cf. infra F II.

apreendido, o objeto, é, ao contrário, o logicamente anterior[99]; seu ser pré-dado (*Vorgegebensein*) não necessita implicar a existência (*Existenz*) ou a subsistência (*Bestand*), pois ambas estão ausentes e podem ser substituídas pelo simples extra-ser (*Aussersein*). No concernente à apreensão, isto consiste em uma pré-vivência (*Vorerlebniss*), graças à qual o objeto é *apresentado* (*präsentiert*) ao pensar *(Denken*), e numa vivência superior (*Haupterlebniss*) por meio da qual ele é *visado* (*gemeint*)[100]: a primeira sempre foi reconhecida como o representar (*Vorstellen*), a segunda deve mostrar-se como julgar (*Urteilen*) ou supor (*Annehmen*) [101]. Porém, uma vez que o juízo e a suposição tem uma função de apresentação, na medida em que a eles concerne o objetivo, tal como à representação o objeto[102]. Isto nos obriga a especificar agora exatamente a noção de apresentação (*Präsentation*).

II. Essa especificação apela para a distinção do conteúdo (*Inhalt*) e do ato (*Akt)*[103] aplicada agora à representação. Nesta o *conteúdo* aparece como aquela parte da vivência por meio da qual ela precisamente tem tal objeto e nenhum outro, aquilo que é por conseguinte atribuído ao objeto ou mais exatamente à objetidade (*Objekt*) na proporção de sua constância e de sua variabilidade. Tal conteúdo (entendido como "conteúdo psicológico") deve ser cuidadosamente distinguido do "conteúdo" no sentido lógico[104], e não se deve confundir, como ainda acontece seguidamente, com o objeto correlato. O que permanece constante enquanto varia o objeto (e por isso o conteúdo), e o que por outro lado varia enquanto o objeto (e o conteúdo) permanece constante, é o ato da representação. Mas, na medida em que o objetivo também é suscetível de variação, embora dentro de limites mais estreitos, pode-se igualmente falar de conteúdo do juízo ou da suposição em relação ao ato que lhe concerne. Agora, se o juízo ou a suposição apresentam seu objetivo, isto só pode ser tarefa do conteúdo, enquanto que o visar, ao contrário, pertencente à apreensão como sua vivência superior, apenas pode ser tarefa do ato. Assim, mesmo na representação, a apresentação (*Präsentation*) tem a ver inteiramente com o conteúdo, enquanto o visar ao contrário não é imputado ao ato de representação, ele mesmo igualemente passivo, como parte do representar sempre passiva (ato não é atividade), embora ela deva permanecer em todas as circunstâncias uma tarefa do juízo (ou da suposição)[105]. Mas, se nós devemos caracterizar a apresentação da representação (*Vorstellungs-präsentation*) como apreensão *inacabada*, em razão de sua simples passividade, uma vez que o visar está ausente, diz-se agora que ela constitui, tomada em conjunto com o visar, não apenas uma apreensão acabada, mas aquela que num exame pré-científico aparece justamente como a *verdadeira* apreensão, enquanto que a apreensão do objetivo com a ajuda do juízo (ou da suposição) presentificante, quanto ao conteúdo, e visante, quanto ao ato, deverá ser caracterizada como uma apreensão certamente completa, mas *inautêntica*.

Porque para se perceber as vivências internas atuais, contrariamente àquilo que se toma por evidente, nós não necessitamos de nos representar estas vivências, embora uma tal representação de vivências internas nunca aconteçã[106], uma vez que estas vivências funcionam como quase-conteúdos que se apresentam eles mesmos, a *auto-apresentação* toma o lugar da *hetero-apresentação*. A auto-apresentação naturalmente não acontece somente, nem em primeiro plano, pelo aspecto conteudístico da vivência percebida, mas pelo conjunto da vivência, e, nesse sentido, ela é *apresentação total*, por relação a qual deve-se ao mesmo tempo caracterizar como *apresentação parcial* a hetero-apresentação

[99] Comparar abaixo F II.
[100] Über Annahmen[2], p. 239ss.
[101] Sobre isso retornaremos abaixo C III.
[102] Emot. Präsentation, § 1.
[103] Ibidem, § 7.
[104] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, p. 163, nota 3.
[105] Ibidem, p. 248 s.
[106] Erfahrungsgrendl., p. 73S,. – Über Annahmen[2], p. 312.

que fornece o objeto apenas com a ajuda do conteúdo[107]. Nós temos igualmente que levá-la em conta como operação da representação e do juízo (ou da suposição); mas os sentimentos e os desejos também consistem, em circunstâncias determinadas, instâncias de apresentação parcial[108]: eles manifestam também conteúdos específicos aos quais respondem frente aos dignativos e os desiderativos, como objetos subordinados apresentados por eles[109]. Há, portanto, uma *apresentação emocional*. Por isso, nos vividos, aquilo que é tomado como representante parcial pode ser definido de maneira muito geral como um conteúdo (psicológico).[110]

III. O fato de um vivido passivo, e em particular a representação, ter um objeto, consiste, falando estritamente, simplesmente em que o vivido, em virtude de seu conteúdo apresentativo, fornecer a possibilidade de apreender sobre a base desse conteúdo o objeto em questão uma vez que o vivido ativo apropriado esteja a ele associado. Isto é o caso quando alguém não se limita a representar, mas também "*visa*" ("*meinen*")[111] qualquer coisa com a ajuda da representação. Visa-se um objeto, como se diz[112], quando forma-se um juízo ou ao menos uma suposição sobre seu ser (existência ou subsistência). Mas, o que é apresentado pelo juízo, ou no caso faltante pela suposição, e que é apreendido (impropriamente), não é portanto o que é visado: no juízo "A é", eu não viso o objetivo, o ser, mas o A. Pode-se ainda fazer do conteúdo-A (ou ainda de um quase conteúdo) a base de uma visada, se se considera com efeito: "qualquer coisa que é A". Pode-se, por conseguinte, substituir uma visada do primeiro modo, a *visada de ser* (*Seinsmeinen*), por uma visada de outro tipo, uma *visada de ser-tal* (*Soseinsmeinen*) (não se considera aqui a eventualidade de uma visada do não-ser). Mas, o que é visado somente no seu ser-tal parece, em virtude da consideração exclusiva do ser-tal, não conduzir, pelo modo do representar, senão a um tipo de apreensão inacabada; aqui também faz-se necessário então intervir uma visada de ser para que se possa falar de uma "visada de ser do que é visado no seu ser-tal"[113], — que é o caso normal da visada pela qual se apreende, por exemplo, uma coisa através de suas propriedades, ou de maneira geral, um *objeto-fim* por meio de um *objeto-meio*[114].

Dado que cada objeto completo comporta um número infinitamente grande de determinações, o conteúdo ou o quase-conteúdo apresentativo sobre o qual a visada baseia-se nem sempre remete a cada vez imediatamente senão a um objeto incompleto a título de objeto *próximo*. Entretanto, uma tal visada, em circunstâncias favoráveis, atinge também objetos completos: se eu penso em "qualquer coisa esférica", esta visada de um ser-tal alcança também a Terra, mesmo se talvez, no sentido ordinário do termo, eu não a "pense". O conjunto do domínio disso que é assim alcançado como objeto completos pode agora ser incluído na totalidade ou parcialmente (a título de extensão) na visada, mas somente na condição que, se se visa "todas as esferas", se não pense entretanto propriamente, ou ao menos expressamente, na Terra. Se não se pode impedir de falar, mesmo nesse caso, de visar, pode-se entretanto opor a título de visar *implícito* um visar expresso ou *explícito*. Uma visada explícita não pode nunca tomar-se ela mesma por objeto, enquanto que numa visada implícita não há nenhum impedimento desse tipo.[115]

O fato de que um objeto não faça falta para nenhum dos vividos visados que nós acabamos de caracterizar, e que um conteúdo ou um quase-conteúdo dado reenvie

[107] Emot. Präsentation, p. 27.
[108] Ibidem, p. 28.
[109] Ibidem, p. 113, comparar abaixo D IVs.
[110] Ibidem, 7.
[111] Über Annahmen[2], § 38.
[112] Comparar acima C I.
[113] Über Annahmen[2], § 45; *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, § 26.
[114] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, § 27.
[115] Cf. Abaixo F I, II.

necessariamente e diretamente a um objeto próximo, isto se deve em parte ao conceito de conteúdo, e por outra, a esta circunstância, que a visada como tal não forma nenhuma exigência relativamente à natureza modal do objetivo em cujo seio o objeto em questão é visado, ou ainda a que aquilo que se pensa bem pouco como estando, como já indicamos[116], fora do ser. Ao contrário, os dois vividos de visada – o juízo e a suposição –, na medida mesma em que eles não estão especialmente a serviço da visada, se opõem de maneira fundamental em relação à intenção epistêmica de onde de qualquer modo procedem estes dois vividos. A suposição e também *cum grano salis* as representações (*cum grano salis* porque isto que se costuma considerar como representação revela-se sempre como representação e suposição)[117] revelam-se *contemplativas*, e permanecem por assim dizer na superfície, enquanto que os juízos revelam-se *penetrantes*[118], ao penetrarem em certa medida no interior. A atitude contemplativa deixa inteiramente fora do jogo a modalidade, a atitude penetrante está orientada para a realidade fatual ou menos para o possível (o não-fatual como tal). Mas, enquanto que a visada meramente contemplativa apreende inequivocamente o seu objeto e somente o seu objeto, não está de modo algum garantido que a penetração devida ao juízo *encontre* efetivamente o fatual ou o possível. Um juízo que consegue isto denomina-se, na medida que ele apreende um objetivo fatual (ou verdadeiro), ele mesmo *verdadeiro*[119], e na medida em que ele apreende um possível, um juízo /provável/*verossímel*[120]. Isto pode ser uma coincidência apenas exterior ou mesmo contingente, pois a verdade (e a verossimilhança) não dependem do sujeito que julga, ela vale para cada sujeito e assim é universal. Há, pelo contrário, atos de penetração, e também de juízos, cuja natureza implica encontrar a verdade, assim como é da natureza da suposição, em virtude do conteúdo sobre o qual ela baseia-se, apreender um objeto. Tais juízos são já conhecidos por experiência direta como juízos *evidentes*[121]. Os juízos evidentes formam o que se denomina em sentido estrito de *conhecimentos*; a teoria do conhecimento é, por conseguinte, a teoria do juízos evidentes.

IV. A *evidência*, e por conseguinte o conhecimento, é ou imediata ou mediata, ademais, evidência para a certeza ou para a conjectura[122], enfim, evidência *a priori* ou *a posteriori*. O *a priori* não concerne às representações que, mesmo em juízo *a priori*, podem derivar-se inteiramente da experiência, mas ao juízo mesmo que, se ele é *a posteriori* ou empírico, manifesta ainda uma dependência secundária em relação à experiência, além daquela já dada nas representações[123]. Os juízos evidentes *a priori* não tem por base a experiência, mas sim outros objetivos evidentes ou finalmente o material que lhes serve de fundamento; eles tem neles mesmos o tipo específico de vista penetrante (*Einsehens*) que se costuma denominar no sentido próprio *compreensão* (*Verstehen*). Isto que nós penetramos com compreensão e, portanto, *a priori*, nós denominamos *necessário*. A necessidade é certamente uma propriedade do objetivo[124], mas ela parece no momento não poder ser caracterizada senão por meio do vivido[125]. O saber *a priori* é, por isso mesmo, saber da subsistência ou do ser-tal: nenhum saber relativo à existência positiva está livre em relação à experiência[126]. Pelo contrário, o saber *a priori*, quando apoiado pelo empírico, aplicar-se muito bem à existência.

[116] Acima B III.
[117] Über Annahmen[2], § 46, também p. 356 ss.
[118] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, § 34.
[119] Comparar ademais abaixo C V.
[120] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, § 7, 57.
[121] Ibidem, p. 411 ss., comparar abaixo D III.
[122] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, § 51.
[123] Erfahrungsgrundl., p. 7s.
[124] Comparar acima B III.
[125] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, § 31.
[126] Kausalgesetz, p. 105s.

Entretanto, quanto a sua dignidade epistêmica, um tal juízo fundado em parte sobre o *a priori* e em parte sobre a empiria, segue a empírica a título de "pars debilior"[127].

Todo saber *empírico* repousa sobre a experiência. Seu eixo fundamental é constituído pelas percepções (*Wahrnehmung*), os juízos de existência evidentes (mas não evidência *a priori*), tratando sobre o que é presente[128], tomando-se o termo de uma maneira indeterminada para não compreender por ele o presente pontual propriamente dito, mas uma sequência temporal suficientemente curta tendo seu ponto de partida no ponto[129]. A percepção é ou percepção interna que, nas circunstâncias favoráveis – e somente nessas –, em virtude da auto-apresentação do que é percebido, limita-se[130] à evidência e à certeza, ou percepção externa que, em razão da subjetividade das qualidades secundárias bem como das primárias[131], fornece evidência conjectural apenas para a existência de coisas exteriores e para certas relações entre suas propriedades, embora deva-se falar aqui em verdade simplesmente de semi-percepções[132]. Entre as relações, as diferenças sobrepõem-se às semelhanças, tendo em relação a estas uma segurança bem maior. Se, com duas percepções, em circunstâncias de resto semelhantes, uma encontra uma diferença e a outra uma semelhança, cada uma pode ter normalmente razão, na medida em que aqui a diferença, lá a semelhança, é constatada entre os dados que se apresentam, nas mesmas condições, diante do mesmo *forum perceptivo*. Quanto maior é a diferenciação, tanto melhor são os fenômenos[133]. Não apenas as qualidade, mas eventualmente também os *Superiora* fazem papel de fenômeno: na Física, o movimento afirma-se como fenômeno de ordem superior particularmente útil[134]. Os residuos[135] das percepções manifestam-se nas *lembranças* que, no lugar das percepções às quais elas são ligadas e de onde elas descolam[136], apresentam-se como juízos de existência. As lembranças também possuem uma evidência imediata que nenhum argumento pode resolver numa evidência mediata; mas, sempre se trata apenas de evidência conjectural.[137]

Ao lado dos tipos de conhecimento empírico imediato, a *indução* intervém como um tipo de conhecimento empírico mediado[138]. Aqui o que reune os exemplos (*Instanzen*) com o *inductum*, e nele o pré-dado e o co-dado, que, por isso, funciona como uma espécie de quase-premissa (semelhante à "lei de consecução" no silogismo), o *princípio indutivo* que remete do semelhante ao semelhante, comporta em si uma evidência imediata, mas apenas conjectural, e por isso a dignidade resta sempre empírica[139]. Mesmo se ele é completamente coisa de conhecimento de existência[140], o procedimento indutivo não está excluído do domínio da subsistência, e por isso do *a priori*.

V. A penetração, como se mostra, tem sobre a contemplação a vantagem de sua relação particular com a *modalidade*. Esta não consiste em que o juízo apreende a modalidade de seu objetivo do mesmo modo como ele apreende este ou os seus elementos materiais; antes, aquele que julga não pensa absolutamente, em geral, na

[127] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, p. 632.
[128] Erfahrungsgrundl., § 3ss.
[129] Ibidem, § 13.
[130] Ibidem, p. 70s.
[131] Ibidem, § 8.
[132] Ibidem, §18 ss.
[133] Ibidem, § 22 ss.
[134] Ibidem, § 23 ss.
[135] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, Cap. VI.
[136] Ibidem, § 72.
[137] Comparar também Gedächtnis., GA. II.
[138] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, § 81.
[139] Ibidem, § 83 ss.
[140] Ibidem, § 82.

fatualidade (*Tatsächlichkeit*) do mesmo modo que ele pensa no ser ou ainda no ente. Deve-se dizer antes (naturalmente apenas de maneira ainda metafórica) que aquele que conhece com certeza "*encontra*" qualquer coisa de fatual, e toda outra penetração tende a um semelhante encontro que não pode eventualmente chamar-se "apreensão" senão num sentido largo. O encontro pode igualmente intervir na falta de evidência, e por acidente de um certo modo: quando ela acontece, fala-se como nós vimos[141] de *verdade*, na medida em que se trata aí de qualquer coisa de fatual. A verdade é (ao menos inicialmente)[142] atributo de um objetivo, na medida em que este é julgado efetivamente e com certeza, – o conceito objetivo de verdade. Mas, verdadeiro é também um juízo que apreende com certeza qualquer coisa de fatual, – o conceito vivido de verdade[143]. A verdade sem evidência significa, para aquele que julga, a constatação (*Tatbestand*) exterior, a verdade com evidência significa ao mesmo tempo uma justificação interna[144]. Por isso, o encontro não se aplica simplesmente à fatualidade, mas também aos degraus inferiores da modalidade, e por isso às *possibilidades*. Do mesmo modo que a certeza evidente encontra, por sua natureza, a fatualidade, a *conjectura* evidente encontra a possibilidade correspondente ao seu grau e, nesse caso, igualmente um encontro *per accidens* não pode ser excluído, visto que a força da conjectura e a possibilidade dada coincidem. O análogo da verdade é então a *verossimilhança*, para a qual nós encontramos um conceito de objetivo (a possiblidade encontrada) e o conceito vivido (a conjectura legítima, com a oposição de uma justificação interna e externa)[145]. Por isso, o problema das matemáticas não é sua teoria, mas seu cálculo, na medida em que este é exigido.

Se o encontro do objetivo, segundo sua modalidade, não é ainda apreensão no sentido habitual do termo, isto não impede de eventualmente apreender a modalidade e em particular a possiblidade, no sentido de "pensar nisso". Há, então, juízos de possibilidade ("A pode ser B") e juízos que tratam da possibilidade ("É possível que A seja B")[146]. Desse modo torna-se acessível, nas circunstâncias favoráveis, a possibilidade de uma determinação numérica. Ela repousa sobre o princípio que, em cada coletivo, a fatualidade garante a "um" membro do coletivo a possibilidade correspondente "a não importa qual" membro do coletivo, e então a todos os membros que participam por assim dizer da fatualidade em função de seu número, – princípio da *participação modal*, que se faz valer em particular nos coletivos de colocação, de subsistência e de indução[147]. Também todo cálculo de verossimilhança deve igualmente ser reconduzido a uma tal consideração dos coletivos. Deve-se aqui levar igualmente em conta, além da conjugação bem conhecida de possibilidades e probabilidades, também o seu acúmulo[148]. O princípio de Bayes é um caso particular do acúmulo da possibilidade e da probabilidade[149]. Sobre a base de considerações relativas à possibilidade, a lei geral da causalidade pode ser demonstrada.[150]

[**....**]

---

[141] Acima C III.

[142] Über Annahmen[2], p. 81.

[143] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, p. 415, cf. Também abaixo E IV.

[144] Ibidem, § 50s.

[145] *Em Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, estas determinações são trabalhadas, mas ainda não chegara-se à formulação acima.

[146] *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit*, § 35 s.

[147] Ibidem, § 41 ss.

[148] Ibidem, §§ 44, 67.

[149] Kausalgesetz, § 7.

[150] Ibidem, § 3 ss.

Rocca Brayde Edições
Versão digital
Florianópolis
2005